

SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • € 0,75 • Ano XIII • Abril/Maio 2005 • Nº 60

E D I T O R I A L

25 DE ABRIL AINDA NÃO É PARA TODOS...

A clarificação

Desde há algum tempo que a ANS vinha perdendo algum do fulgor que sempre a caracterizou desde a sua fundação. A sua capacidade de iniciativa e de resposta aos problemas mais sentidos pelos Sargentos de Portugal, assentes numa invulgar, mas reconhecida, capacidade de mobilização de toda uma classe a nível nacional – Continente e Ilhas – fruto de uma forte ligação a todos os Sargentos através da sua rede de delegados e à sua estrutura orgânica, CPR's (comissões permanentes de ramo) e núcleos espalhados pelo País, mas também e especialmente a uma forte coesão dos seus órgãos dirigentes, vinha-se tornando cada vez mais débil.

Foi precisamente aqui – na coesão dos órgãos dirigentes – que podemos encontrar as razões da perda do fulgor e a razão da crise interna vivida nos últimos meses. E é sempre bom referir que "coesão", neste caso especial, não significa de modo algum unanimismo, já que o associativismo vive e viverá sempre da convivência salutar de ideias diferentes, as quais proporcionam a unidade tão desejável como fundamental à prossecução dos objectivos colectivos que forem traçados. Mas para que tal aconteça, tem de haver um denominador comum nas ideias diferentes – vontade, determinação e a consciência permanente destes factores fundamentais para se conseguir a unidade – pois quando não existe, gera-se a indecisão, a incapacidade de gerir o tempo de resposta aos problemas, perde-se a capacidade de iniciativa, quebra-se a confiança, em suma instala-se o cepticismo naqueles que pretendemos representar, deixamos de ser o que sempre fomos, razão de ser do respeito e credibilidade alcançados interna e externamente, junto dos nossos camaradas e dos Órgãos de Estado.

Quando uma associação, como a nossa, se encontra nesta situação, e esgotadas todas as formas possíveis de solução, só resta um caminho – o da clarificação! E foi isso que se fez, abrindo um processo de eleições antecipadas, proporcionando aos associados com visões de associativismo diferentes a possibilidade de se apresentarem a sufrágio, e aos Sargentos de decidirem qual o caminho a percorrer.

Este processo teve o seu epílogo com a tomada de posse dos órgãos eleitos, no passado dia 3 de Maio.

Feita a clarificação vamos ao trabalho.

Os problemas estão aí, e há demasiado tempo!

A Dignificação dos Sargentos de Portugal exige a entrega prioritária a este trabalho! ▲

AVIVAR A MEMÓRIA

Pág. 3



Comemorações do Dia Nacional do Sargento

Pág. 8

Novos órgãos sociais da ANS

Pág. 14

"O Sargento" tem novo Director

O jornal "O Sargento" começou a ser reeditado em 31 de Janeiro de 1991, precisamente no centenário da Revolta Militar da Guarnição do Porto, e que orgulhosamente os Sargentos elegeram como o seu Dia Nacional.

Ao longo destes 14 anos de publicação, o nosso jornal teve sempre como Director o nosso camarada Armando Parreira, que se entregou a esta tarefa com enorme dedicação e vontade de bem servir a causa dos Sargentos de Portugal.

O nosso jornal tornou-se, durante estes 14 anos, numa referência informativa para todos nós, tornando, por isso, quase obrigatória a sua leitura, senão mesmo e em algumas instâncias, documento de estudo e reflexão.

Como consequência da crise interna que a ANS atravessou nos últimos tempos, o nosso camarada Armando Parreira solidarizou-se com o presidente da Direcção da ANS e pediu a demissão de Director de "O Sargento", "cargo que exerceu honrada", segundo as suas palavras na carta de demissão. Armando Parreira acrescentou que "há necessidade de vir para aqui um velho combatente um pouco mais jovem", concluindo a sua carta que "o jornal 'O Sargento' continua a sua função de Alerta Permanente à valiosa Classe de Sargentos".

Coube-me a mim, por escolha da Direcção recentemente eleita, continuar a obra até aqui realizada. Foi com enorme honra que acedi, certo que, em profunda comunhão com a Direcção da ANS e com os Sargentos de Portugal, o nosso jornal continuará a ser a referência em que se tornou.

Na hora da passagem de testemunho é com grande honra e gratidão que te dedico - Armando Parreira - um enorme BEM HAJAS.

Álvaro Martins ▲

Comando da EMEL alvo de queixa anónima ao CEME

Uma carta anónima dirigida ao General CEME, a que "O Sargento" teve acesso, relata um conjunto de factos que devem preocupar todos os militares, especialmente quem tem responsabilidades de tutela.

No início da carta pode ler-se: "(...) Um comando que confunde autoridade com abuso de poder, um comando que confunde competência com arrogância, um comando que confunde respeito pelos seus inferiores hierárquicos com imoralidade, jamais poderá ser um digno representante desta Instituição. Se atendermos ao atrás dito, só poderemos concluir que na realidade é um comando incompetente".

O autor da referida carta descreve depois os factos que originam a conclusão acima referida.

"Facilmente constatará V.Exa. junto de quem de direito, que a informação sobre o Bem Estar e Moral dos Militares desta Escola Militar de Electromecânica, descreve uma classificação EXCELENTE, quando, na realidade, foi mandada alterar, visto, a informação original já extremamente favorecida, ficava por uma classificação NORMAL. Bom, o mau estar é geral entre todas as CLASSES (...)."

E na carta acrescenta-se que "todo este desrespeito (...) mais se acentua quando motiva a implantação de um regime que se afirma, na sua forma mais pura, num modelo ditatorial, onde impera o medo, acrescida de uma nuance que assenta na já conhecida técnica PIDESCA. Ao trazer para junto de si todo aquele que ao fazer a VÊNIA aproveita e BEIJA A MÃO, estão lançados os alicerces de todo este modelo de Comando.

"A PRAXE é considerada um acto gravíssimo, punido desde há muito tempo, de forma severa. Mas, o 2.º Comandante, tomando-se seu mentor, aplicou na parada aos militares da GNR uma PRAXE de or-

dem unida, alegando que na Guarda Republicana não sabem marchar.

"Ao tomar nas suas mãos quase todos os assuntos da Unidade por delegação do Comandante, e outros sem o seu conhecimento, o 2.º Comandante partiu em perseguição daqueles que não fazem parte das suas 'amizades', com situações várias que, por sua vez, levou ao mau estar geral, conforme já referido, prevendo-se que venha a atingir o seu auge nas avaliações dos militares desta Escola.

"Ainda deve ser dito que os militares em regime de RC encontram-se em fase de saturação, pela forma como são tratados e discriminados pelo comandante de Companhia e 2.º Comandante, não se coibindo de dizer que, se rescindirem contrato ou se solicitarem mudança de Unidade, está-se a borrifar.

"Ao confundir legalidade e legitimidade com conveniência, naturalmente, só poderá colocar em funções de posto superior um Capitão, no primeiro escalão, em detrimento de um Capitão, no terceiro escalão, determinação grave, pois lesa em sensivelmente 500€ a Fazenda Nacional (...)."

Mais adiante, o autor da carta refere o comandante da Companhia de Comando e Serviços (CCS), descrevendo factos inimagináveis nos dias de hoje: "Apoiado e instigado pelo 2.º Comandante, cria tentáculos de desestabilização provocando situações diárias de conflito, com prejuízo sério para o normal funcionamento das hierarquias e da Unidade.

"No seguimento da PRAXE iniciada pelo 2.º Comandante, o comandante da CCS colocou militares da GNR em sentido, sensivelmente dez minutos, na sala de aulas. Este castigo foi aplicado como retaliação ao desagravo demonstrado devido à PRAXE imposta pelo 2.º Comandante. Os militares da GNR ou, pelo menos, um deles, exerceu o seu direito de expor. Aguarda-se a devida

punição aos elementos PRAXISTAS.

"No decorrer de aproximadamente um ano à frente da CCS, os militares desta subunidade foram presenteados com uma quantidade tal de participações de ocorrências como em todos os anos da sua existência. Os manuais não enganam, o problema está no chefe, não tem capacidade de liderança.

"Continuando, consegue este senhor comandante da CCS ler, em formatura da manhã, uma punição a um praça da sua companhia, e retratar-se na formatura da tarde. A incompetência e a instrução militar não adquirida leva a decisões incorretas, logo, prejuízo para terceiros. São decisões moralmente condenáveis e de consequências imprevisíveis.

"O senhor comandante da CCS tem na sua posse dados confidenciais de oficiais, sargentos e praças. Como teve acesso? Apenas poderiam ser facultados pelo chefe da Secção de Pessoal, ou teve acesso através de um computador a identificar ou, ainda, através de disfarce, com a sugestiva criação de uma base de dados para um programa de correspondência. Esta situação configura, na sua essência, um CRIME.

"Toma atitudes repetidas de desrespeito e ao mesmo tempo, RASCISTA, ao ordenar a um praça de cor que lhe mostre os dentes para confirmar se os lavou, na tentativa de o humilhar e, possivelmente, receber uma reacção que lhe permite puni-lo."

O autor da carta termina com uma palavra de confiança no General CEME, certo que serão tomadas as medidas necessárias e urgentes para repor a normalidade desejada.

N. R. — A Redacção de "O Sargento" faz eco desta carta após ter comprovado, junto de variadíssimos elementos que prestam serviço na EMEL, a veracidade dos factos relatados. ▲



Cantinho do 1SAR Vitalício

Mensagem para Freitas do Amaral

Caros camaradas,

Contrariamente ao que o título possa indicar, não vou dedicar este espaço ao actual titular do Mi-

nistério dos Negócios Estrangeiros, também conhecido por ter sido, em 1982, o "pai" da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Desta vez, chegou ao meu conhecimento e tive oportunidade de confirmar, que algo corre mal para os lados de Paço d'Arcos, mais concretamente na Escola Militar de Electromecânica (EMELm), estabelecimento de ensino militar, do Exército, com grandes tradições, por onde passaram também muitos militares da Força Aérea e da GNR.

Na verdade o mal-estar que se vive naquela unidade é muito grande. Mal-estar provocado por um conjunto de atitudes da parte de alguns membros do

comando da unidade, que nada têm a ver com aquilo que se esperaria de distintos Oficiais do Exército, com cargos de responsabilidade, como sejam o de 2.º Comandante e o de Comandante da Companhia de Comando e Serviços (CCS).

Pelo que me foi reportado, sucedem com frequência actos de prepotência e discriminação em relação a vários militares daquela unidade. Nomeadamente cometidos sobre camaradas em RC e a militares da GNR ali destacados, que, a continuarem, levarão ao abandono das fileiras ou mudança de unidade, com evidente prejuízo para a imagem do Exército.

Relatam ainda situações de arbitrariedade na nomeação de militares para o desempenho de funções de posto superior e inferior, ao arrepio das normas vigentes, não garantindo o equilíbrio e relatividade entre cargos exercidos por militares nomeados nas mesmas circunstâncias.

Para agravar toda esta situação, temos

aquilo que se pode considerar como "a cereja em cima do bolo", um verdadeiro "must"...

O comandante da CCS, Cap. Freitas do Amaral, hábil em manobras de desestabilização e mestre no conflito, colocou em sentido durante 10 minutos militares da GNR na sala de aulas, numa interpretação enviesada do seu poder de autoridade. Isto depois de o 2.º Comandante os ter submetido a uma intensa sessão de instrução de ordem unida, numa atitude de verdadeira praxe.

Os militares da companhia que comanda, detêm já um número record de participações. A origem de tão elevados níveis de "indisciplina" deveria ser analisado superiormente para determinar se é imputada aos pseudo infractores ou ao participante.

Por último, fica registada a atitude de grande desrespeito pelos seus subordinados, e da falta de elementares regras de civismo por parte do Sr. Cap. Freitas do Amaral, ao ordenar a uma das suas praças, que este lhe mostre os dentes pa-

ra confirmar se os lavou, talvez esperando daquele alguma atitude menos própria que lhe permitisse elaborar mais uma participação.

Julgava eu, 1SAR Vitalício, que tais actos não fossem já possíveis de existirem nos dias que correm, quando tanto se apregoa acerca da profissionalização das Forças Armadas e quando estas fazem um esforço enorme para recrutar candidatos.

A EMELm constitui para muitos militares uma porta de entrada no Exército, seria por isso muito importante que houvesse especial cuidado na escolha daqueles que são empossados nas funções de comando desta unidade, pois, como diz o povo, "o exemplo vem de cima" e com exemplos como os que relatei não se irá muito longe.

É importante que haja BOM SENSO! Um abraço a todos os camaradas e até ao próximo número.

Vitalício
1SAR desde 1991 ▲

AVIVAR A MEMÓRIA

Por vezes centramo-nos em determinadas questões e parece que todo o resto é esquecido. Por isso este breve artigo pretende tão só ajudar a fazer um refrescamento à nossa memória. Aqui seguem alguns casos sem pretender ser uma listagem exaustiva.

Também para mim...

■ *"Também para mim, 2003 será o ano das carreiras..."* - disse Paulo Portas em 25 de Agosto de 2002. Viu-se!? Para além da medalha que recebeu dos seus amigos americanos, ficámos piores com a **desvalorização profissional e a despromoção funcional** que nos impôs, em especial aos camaradas da FAP, mas já a alastrar-se aos restantes ramos.

Mais tempo no mesmo posto...

■ Porque a medida que foi tomada foi errada, e limitada no universo que atinge, em vez de ser um mecanismo de carácter permanente para obstar que os militares possam permanecer mais do que 14 anos no mesmo posto, **vamos continuar a ter camaradas que permanecerão muito mais tempo no mesmo posto**, e outros a passarem à reserva por limite de idade sem serem promovidos apesar de serem excelentes profissionais reunindo todas as condições de promoção.

Fundamentos da organização...

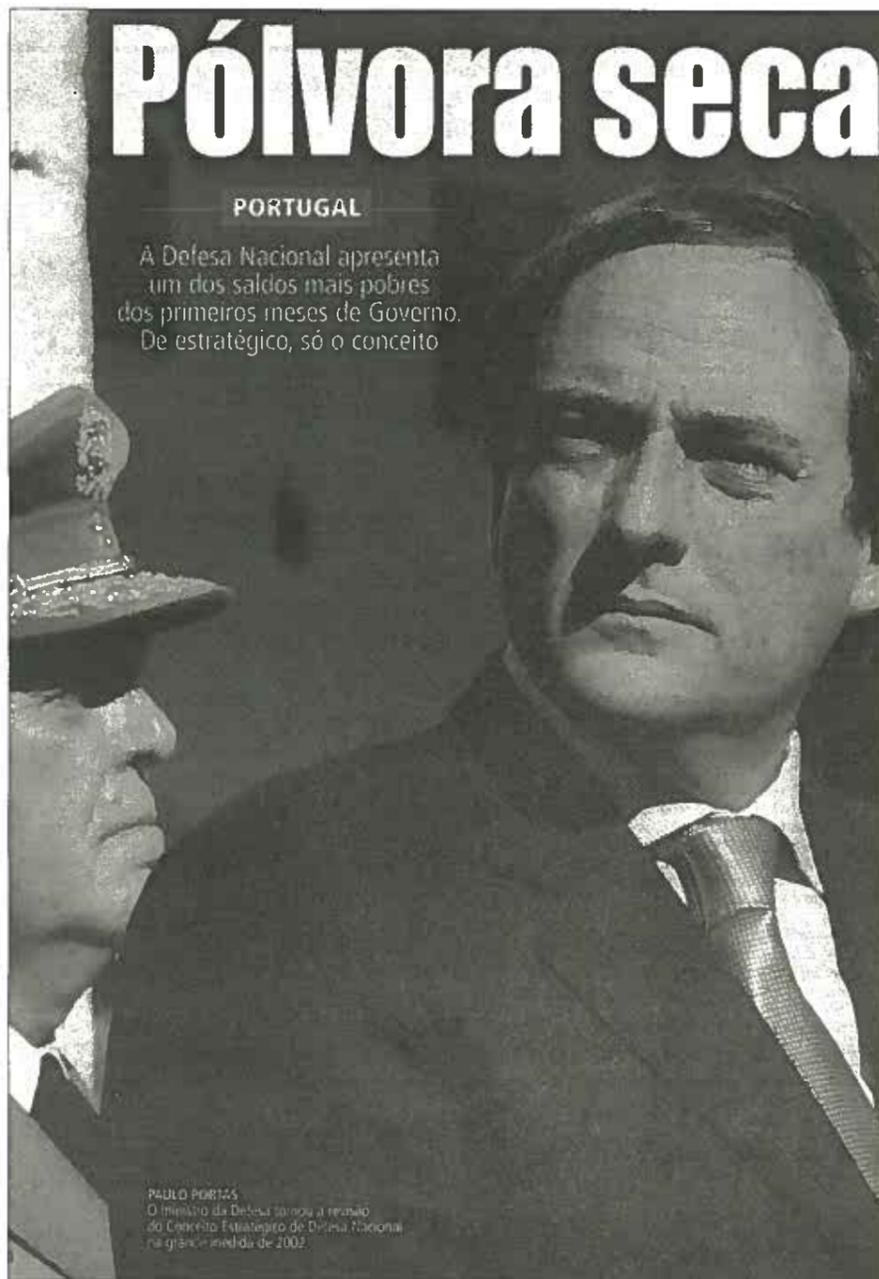
■ Os **quadros orgânicos** definidos em 1993 continuam sem ser revistos apesar de totalmente desadequados, levando a situações de pré-ruptura nuns casos e de despromoção funcional noutros, comprometendo os fundamentos da organização hierárquica e a estabilidade necessária ao cumprimento das missões.

Reformados sem receber...

■ Os **militares reformados desde Agosto de 2000**, continuam a receber as suas pensões incompletas, porque o estado Português não cumpre a Lei 25/2000. De notar que esta foi uma Lei elaborada e implementada pelo PS na anterior passagem pelo Governo e cuja medida de complementar as pensões de reserva foi suspensa pelo seu ministro da Defesa de então, o Dr. Castro Caldas. Aqui está uma boa oportunidade para repor a medida, pagar a dívida do Estado aos nossos reformados e respeitar uma das justas expectativas dos eleitores militares.

Fundo de Pensões...

■ **Continuamos sem saber qual é a verdadeira situação do Fundo de Pensões dos Militares**, tendo sido afastado o último militar (Gen. Mila Filipe) que integrava a respectiva comissão de acompanhamento. Tal como a ANS avisou, aquando da sua fundação pelo então MDN Dr. Fernando Nogueira,



este é fundo sem pernas para andar e que pretendia transferir para os militares os custos que incumbem ao Estado. Mas, apesar disso, a verdade é que muitos camaradas investiram nesse Fundo os seus descontos e, por isso, merecem uma palavra de esclarecimento e que alguém da Instituição Militar seja responsável e seu representante na gestão e Administração do Fundo. Tal como na altura defendemos, foi uma duplicação de serviços e despesas desnecessária, dado que a CGA, tendo já todo o nosso cadastro contributivo, e sendo vocacionada para a área das pensões e sua gestão, poderia ser a solução com ganhos e evitando-se a situação actual.

União de facto...

■ Os **cônjuges dos militares que vivem em união de facto** continuam, à hora do fecho da redacção, na prática, sem ver reconhecida a sua situação e como tal não têm direito a Assistência Médica na Doença (ADM). Eis outra área onde os CEM já deveriam ter intervenido, regulamentando quais os documentos que exigem para fazer prova

do facto, mas persistem prejudicando estes camaradas e as suas famílias.

Marinha reduziu vencimento...

■ A Marinha, com a anuência do MDN, reduziu o vencimento dos SAJ e diz que quem não concordar pode ir para tribunal. Eis uma boa oportunidade para o actual Ministro fazer cumprir a Lei, e dar uma prova de empenho no seu cumprimento.

Ultrapassados...

■ Os SAJ do 1.º escalão continuam a ser ultrapassados pelos camaradas mais modernos recém promovidos, apesar de, há mais de 2 anos, o MDN lhes ter escrito uma carta em que referia que esse problema estava a ser tratado.

Promove e não atribui 5 pontos...

■ Os 2SAR desde 1990 que estão sujeitos a usufruir menor vencimento do que militares do mesmo posto e de menor antiguidade. O mesmo problema que afectava os 1SAR e que com a nossa intervenção e luta conseguimos

alterar, primeiro só para os da Marinha, em 1995 e, depois para os três ramos em 1997. Hoje este problema tem um âmbito novamente de interesse para os Sargentos dos três ramos, dado que há 2SAR da Marinha que só não estão a ganhar mais do que os 1SAR de 1.º escalão dos três ramos, porque aquele ramo os promoveu a Sargento e não lhes atribuiu o impulso de 5 pontos no seu vencimento como seria devido. É uma luta que aqueles camaradas estão a travar e na qual todos se devem empenhar.

Recusam aplicar parecer...

■ Os Ramos continuam a não reconhecer o direito à partilha da licença de maternidade às esposas dos militares que sejam trabalhadoras independentes, apesar de parecer contrário do Ministério da Defesa, que as Chefias Militares recusam aplicar. O absurdo é que os Ramos, que não têm qualquer tutela sobre as esposas dos militares, retiram-lhes um direito que lhes é reconhecido pela própria Segurança Social!!!

Discriminados...

■ Os militares destacados nas Ilhas continuam a aguardar a criação do Subsídio de Insularidade. O Direito a igual tratamento no seio da Administração Pública deve ser preservado e os ministros tutelares darem o exemplo.

Tribunal desrespeitado...

■ A legislação do Suplemento de Residência continua sem ser revista, apesar de repleta de injustiças, cujo auge se encontra na Armada, já por várias vezes condenada em Tribunal, mas que persiste em aplicar o despacho do CEMA para os militares que não recorram aos tribunais. Mesmo para os que recorrendo ganharam e o Tribunal forçou a Marinha a pagar, depois quando voltaram a mudar de unidade a Administração daquele ramo voltou a não pagar forçando o camarada a recorrer de novo ao Tribunal em claro desrespeito pela decisão daquele órgão.

Incumprimento da Lei 3/2001...

■ Continua por cumprir a Lei Orgânica 3/2001 que refere que as associações representativas de militares têm o direito a integrar comissões e grupos de trabalho para participarem na resolução dos problemas dos seus associados. Bela oportunidade para o actual detentor da tutela inverter esta prática sistemática de incumprimento da Lei, dando assim um sinal de cumprimento aos Chefes Militares.

Como se pode verificar, falta de assuntos a exigirem o nosso estudo, dedicação, luta e empenhamento não existe. Por isso ânimo e mãos à obra. ▲

Tribuna do LEITOR

Choques mágicos!

Opassar dos tempos, dia após dia, traz-nos o envelhecimento que tem muitas coisas más, mas, das poucas boas que eu consigo discernir, usando de uma memória frágil e a volatizar-se, é a recordação de palavras e ideias ciclicamente apresentadas como novinhas em folha embora já gastas pelo uso a enganar-nos.

Recentemente, ouvindo a rádio chegaram aos meus duros ouvidos várias notícias dispersas, aparentemente desconexas: "Os criadores de gado do Alentejo e Trás-os-Montes já estão a importar palha..."; "Sócrates defende o choque tecnológico como elemento nuclear do desenvolvimento económico do País..."; "Daniel Bessa defende que se a economia funcionar bem o desemprego aumenta!"; "Lucros da banca e das principais maiores empresas subiram em flecha em 2004!"; "Constâncio defende que é preciso contenção nos salários e na despesa pública, para conter o défice, sem o que, o desenvolvimento económico do País é inviável!"; "Arroz nas grandes superfícies ao preço de há 15 anos!". Não tenho a certeza se textualmente as palavras são estas, mas o sentido é certeza.

Rebuscando um velho livrinho – editado a 22 de Abril de 1974 (atente-se na data) como caderno pela Seara Nova, com o título "Os trabalhadores e o custo de vida" e escrito pelo economista Eugénio Rosa – encontrei a seguinte transcrição de um membro da Câmara Corporativa, criatura que eu não conheci, chamado A. Sédas Nunes: "...entre os 16 países da Europa, somos o penúltimo, na capitação de consumo de energia: depois de nós só a Turquia. Somos o antepenúltimo, na capitação de consumo de aço: depois de nós, só a Grécia e a Turquia. Somos o penúltimo, nas taxas de escolarização: depois de nós só a Turquia. Somos o último, na proporção do número de alunos do ensino superior para o conjunto da população: depois de nós ninguém. Somos o penúltimo na capitação do consumo de carne: depois de nós, só a Turquia. Somos o último na capitação do consumo de leite, o último na capitação diária de proteínas, o penúltimo na capitação diária de gorduras (depois de nós só a Turquia)". O senhor terá escrito estas palavras em 1968, mas, infelizmente, poderíamos repeti-las hoje sem grande risco de erro.

No mesmo livrinho encontramos as palavras do então senhor presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, definindo a crise em vésperas do 25 de Abril de 1974 e apontado a receita: "Esperamos dias difíceis..." e "...pode vir aí o tempo das vacas magras." (Diário de Lisboa, 7/2/1974). Como se pode ver Constâncio e quejandos repetem a mesma ladainha sem mudar de tom.

Mas que têm aquelas frases de comum para me levarem a escrever estas palavras? Reportam-se a um mesmo objecto de análise ou de comentário, Portugal, e, por isso, podem fazer um todo se arrumarmos as pedras nos respectivos locais da vida do dia a dia. Os agricultores já não conseguem semear o suficiente para em anos críticos, como o que vivemos, alimentarem o seu gado e obrigam-se a adquirir palha no estrangeiro, mesmo após o Alqueva, num País como Portugal que não é propriamente desértico; mas tecem-se loas à capacidade de um outro País, Israel, que desviando rios, etc., fazem o deserto dar pão e laranjas. Para o desenvolvimento ser possível tem de se "aumentar o desemprego, baixar os vencimentos", "entrar num período de vacas magras" (quando foram as gordas? Estaríamos distraídos!); em contrapartida os lucros da banca e das maiores empresas aumentam em flecha. O arroz nos hipermercados está ao preço de há 15 anos, mas os velhos orizicultores estão quase a falir e sem sucessores interessados naquela vida dura de aflição.

Este já deve ser para aí o quinto ou sexto choque que eu ouço anunciar como, receita milagrosa, qual passe de mágico, para salvar a economia e conduzirmos ao paraíso da abundância; mas, após o efeito galvanizador inicial das palavras, resta-nos a realidade descrita pelo senhor A. Sédas Nunes, infelizmente. Para bem de todos nós muito gostaria eu de me enganar desta vez; afinal a mesma esperança que alimentei nas vezes anteriores.

Alfredo Correia
SCH TE Rf ▲

Opinião

A Teoria do Par de Botas

Este texto foi retirado do Fórum ANS e, pela sua oportunidade e pertinência, se julga por bem publicar no jornal "O Sargento", com a devida vénia ao seu autor. É um assunto que dá que pensar...

Há muito que eu venho defendendo que a par da carreira, ou se calhar acima mesmo, vem o apoio social às famílias. Ora, de forma a tornar mais clara a minha singela ideia, curta, clara e concisa, sobretudo muito funcional, decidi dar-lhe o nome pomposo de "Teoria do par de botas". Ela aqui vai.

Ser militar é por si só uma condição difícil e exigente. As últimas participações do nosso Exército em missões fora do país vieram provar que não é necessário enquadrar cenários de guerra para que os riscos de vida existam, felizmente com pouquíssimos pontos a seu favor.

Cada vez que um militar nosso morre, gera-se uma roda-viva em volta de um processo (que já tive a oportunidade de me aperceber) que ninguém sabe exactamente como funciona, nem as chefias, e vai daí e começa-se por fazer não sei o quê e não sei que mais e alguns meses depois, a família além de ter perdido o seu ente querido, perde logo o vencimento deste, chovem as promessas de subsídios e de coisas e, quando tudo se resolve (em termos financeiros, claro), já longa é a história de queixas e lamentações, meses sem receber nada, nem apoio psicológico sequer, e uma pesada envolvimento de todos por um sentimento de "falam, falam, falam e ninguém faz nada".

Os camaradas leitores deverão já estar a pensar que eu pertenço a essa equipa de enroladores de esquinas a que os nossos serviços estão botados, mas não. Acreditem que não. Este paleio todo foi mesmo necessário para que entendam o que se segue. Contudo, não continuarei sem terminar dizendo: ...claro que quando a vítima é um coronel, a pensão e tudo o mais já está tratado desde o dia anterior à morte e durante todo o processo, nada falta à viúva e restante família, "nem que eu tenha de empenhar toda a tesouraria da minha unidade!", foi assim que eu já os ouvi dizer...

Ora, num exército, quando a ideia é "dar alguma coisa", antiguidade é do mais antigo para o mais moderno: por outro lado, para dar... trabalho, é sempre do mais moderno para o mais antigo. Isto até nem está errado e todos nós vivemos bem com isso. O que acontece, é que numa situação de combate (imaginemos), na linha da frente estarão os nossos soldados, os nossos furriéis e sargentos até primeiro e, eventualmente ajudantes, os nossos alferes, tenentes e capitães.

Se continuarem a ter em conta o tempo de serviço na realização do cálculo da pensão por morte, teremos todos os militares que nunca hão-de passar pela linha da frente, com tempo suficiente para que, no caso de tomarem das escadas do bar durante a missão, a família receba tudo, tudo e mais alguma coisa. O que aliás está correcto.

Ora, por essa ordem de ideias, qualquer dia teremos um camarada Seg Sarg a bater à porta do camarada Sarg Chefe e a dizer-lhe: "sôr Chefe, importava-se de ir na patrulha com a minha secção? É que a zona que me calhou hoje é f*da e, caso eu bata a çaçoleta, só tenho 2 anos de quadro, sou recém casado e tenho a mulher tão grávida que para a beijar, tenho de me aproximar pelas costas e depois, é uma tragédia porque ainda me faltam 23 anos de pagamentos da prestação da casa... o senhor já tem 25 anos de serviço, poderia dar uma ajudita porque até caso a coisa corra-mal, recebe tudo o



que tem direito..."

Este discurso repetiria-se entre alferes e majores, soldados e adjuntos e assim sucessivamente.

Portanto, camaradas, a solução é a **TEORIA DO PAR DE BOTAS**.

Ora, um par de botas é distribuído de forma indiferenciada. Botas são botas e têm uma duração de 2 anos. Se eles tiverem a sua duração normal de vida, findos os 2 anos, estejam em que estado tiverem, o seu dono poderá trocá-las. Se a actividade profissional do seu dono, no desempenho da sua missão, proceder a um comprovado sobre-esforço do material e elas rebentarem antes dos 2 anos, então são declaradas arruinadas prematuramente, independentemente do tempo que serviram, e o seu dono ganha o direito legal a obter umas novas.

O militar tem de ser tratado como estas botas. Se percorre todo o seu tempo de carreira sem prejuízos de vida, e falo de viver ou morrer, então seja-lhe dada a reforma que angariou. Se, por outro lado, ele tomba no desempenho de uma missão, deverá, tal como ao par de botas, ser-lhe declarada a "ruína prematura", senão vejamos: Ele jurou (e está no seu contrato) servir as Forças Armadas mesmo com o sacrifício da própria vida (ou durante 36 anos...). Ao morrer em serviço, ele deu todo o seu tempo efectivo, mais o que deveria ter passado em casa já reformado, pela Pátria! Então ao falecimento de um camarada, o que lhe deveria ser feita era uma reconstituição de carreira de forma a que existisse uma tabela de evolução média a ser atribuída. Um sargento de posto inferior a Ajudante, bem poderia, em caso de falecimento, ser-lhe atribuída a pensão de Chefe no 1.º escalão. No caso de um Alferes, o de Major ou Tcoronel. Quero dizer, atribuir-lhe todo o tempo de serviço e um posto intermédio que, na base de um cálculo, fosse o que, em caso de vida, ele tivesse hipótese de atingir.

Desta forma, não haveriam pensões baseadas em tempos de serviço, algumas vezes de tempo inferior a 10 anos, e a lançar para a miséria famílias inteiras.

Claro que já há pessoal a rir e a gozar o filme, o que é certo é que os camaradas do meu curso que tombaram em serviço, eram segundos sargentos, primeiros-sargentos, e neste momento no activo, já existem camaradas do mesmo curso, bem mais modernos e quase chefes.

Não me falem em dinheiro porque felizmente, as mortes em missão foram pouquíssimas e a diferença em dinheiro não afectará em nada a vida normal da nação.

Se entendem que é demagogia sugerir, pensar e apresentar, então avisem que eu cá volto para onde vim.

Vocês querem melhor ordenado... eu apenas quero ser tratado... como um par de botas! Mais nada! ▲

HERANÇA ENVENENADA

Ainda não há muitos meses ouvíamos vozes de altos responsáveis pelas FA tecerem loas ao ex-ministro da Defesa Nacional, chegando mesmo ao absurdo de o terem como sendo "o melhor ministro da defesa dos últimos anos".

Mas, assente a poeira mediática e substituído o ministro e seus secretários de Estado, fica a herança.

Herança de:

- um orçamento que não chega para as despesas correntes dos ramos, que só assegura os vencimentos até Outubro;
- contratos para a Bombardier que afinal não passaram de pregão eleitoral descartável;
- navios americanos aceites (a troco da medalha que recebeu!) à revelia do parecer do ramo, que só de reboque e transformação irão custar os olhos da cara;
- uma salsada com o concurso de substituição das armas ligeiras;
- um DL pedido pelos CEM que promovendo a SAJ os 1SAR com mais de 14 anos de posto, válido até 31 Dezembro de 2004, criando um monte de dificuldades nas escalas de serviço, de desvalorização funcional, etc.

Mesmo os chefes que lhe deram cobertura e aplauso, certamente serão substituídos. Portanto, uma herança para nós que cá ficamos a ter de suportar e resolver a demagogia barata.

Quererá regressar em ombros

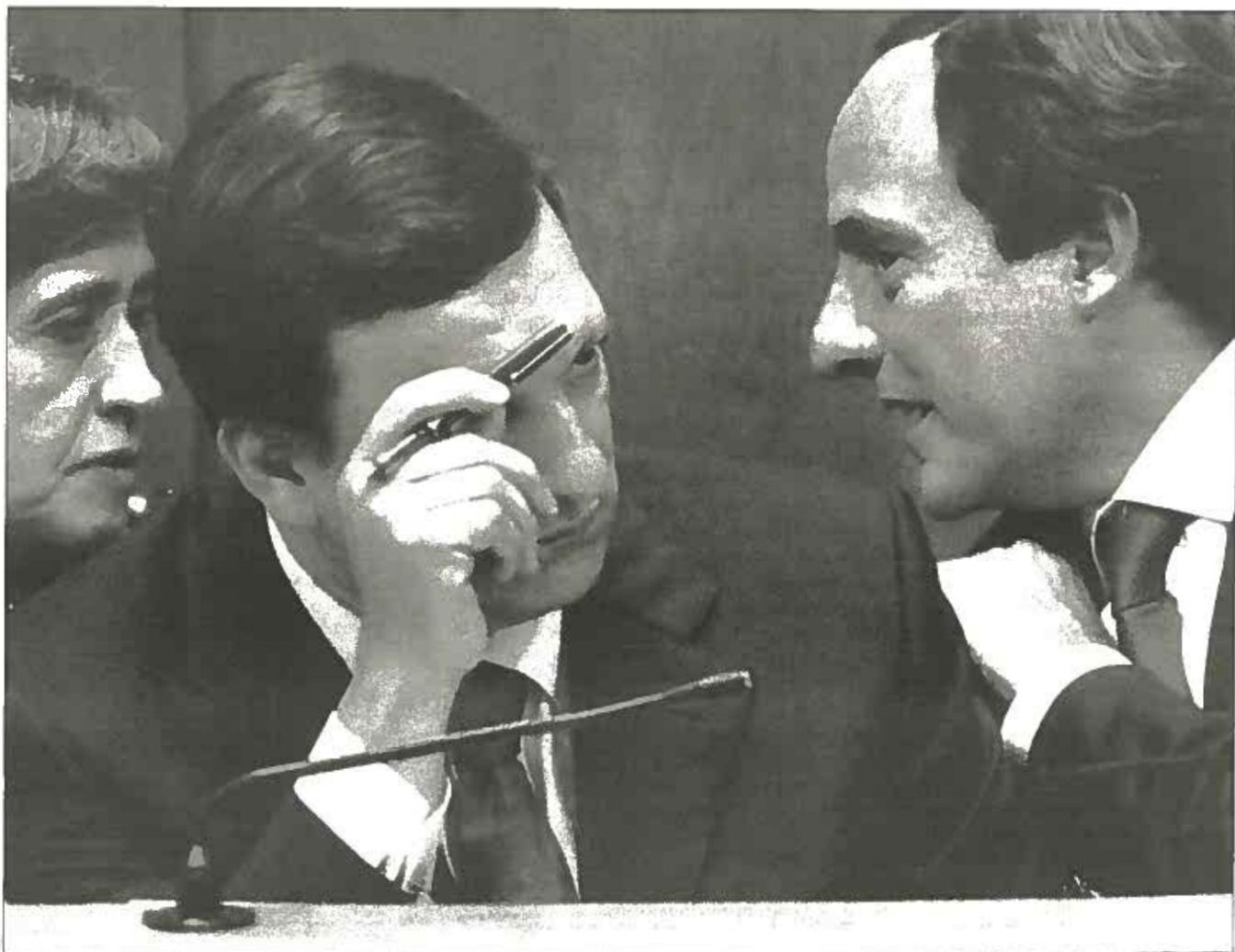
É bom que a memória perdesse porque ele ainda quererá regressar em ombros daqui a alguns anos, apregoando a obra impar que deixou.

Continuamos, como sempre, entregues a nós próprios. Contando com a nossa força e unidade, suportadas na razão e na confiança de que este País e as suas FA têm potencialidades para enfrentar com êxito os problemas que se nos colocam.

Encontrar soluções consensuais

A Família Militar no geral, e os Sargentos em particular, têm muito que trabalhar (gostaríamos que em colaboração com os responsáveis pela tutela, no respeito pela Lei 3/2001) para encontrar soluções consensuais para resolver os múltiplos problemas que nos afectam.

Porém, 16 anos de vida associativa e



14 de vida pré-associativa, dizem-nos que tudo o que temos foi conquistado pelo nosso esforço e que sempre que lutámos, avançámos no quadro legislativo, no fluxo de carreiras, nos vencimentos, no relacionamento nas unidades, e que sempre que os CEM se imiscuíram nessa área, nós recuámos nos direitos, com a desvalorização profissional e a despromoção funcional, mesmo nos vencimentos foram-nos impostas injustiças, apresentadas como boas soluções.

...escusam-se a cumprir a Lei

Em certos casos, como na aplicação dos direitos contemplados em Lei, como os de paternidade, maternidade, uniões de facto e pagamento do impulso de 5 pontos indiciários aos SAJ e 2SAR de 1.º escalão da Marinha, só para citar os mais conhecidos, os chefes escusam-se a cumprir a Lei. Chega-se ao absurdo, como na Marinha, de se dizer que o ramo está a aplicar a Lei de acordo com a sua interpretação, e que se discordam a questão é uma questão técnica e que deve ser resolvida em tri-

bunal pelos técnicos. Isto dito por quem ainda não há muito tempo tentava proibir que os militares recorressem para os tribunais patrocinados por advogados civis.

Chamamos a atenção de que atitudes, de fuga ao cumprimento da Lei, não servem as FA, minam a confiança que deve existir entre chefes e subordinados, reflectindo-se negativamente na operacionalidade e, nalguns casos coloca mesmo em causa o espírito de disciplina essencial para o bom funcionamento das unidades militares e o cumprimento das missões.

A Associação Nacional de Sargentos tudo fará para que a herança envenenada, deixada pelo anterior ministro da defesa e sua equipa, não se reflecta ainda mais na degradação das condições de trabalho, dos fluxos de carreira, nos vencimentos, na alimentação, saúde, higiene e segurança no trabalho das unidades.

Correcção das asneiras

E nesta atitude construtiva, de correcção das asneiras de tagólicas con-

cretizadas com o beneplácito daqueles que o apoiaram e deram cobertura a todo este desmando, muito gostaríamos de contar com a colaboração dos actuais responsáveis da tutela e do Comandante em Chefe das Forças Armadas.

Anima-nos o espírito construtivo

Hoje como ontem anima-nos o espírito construtivo de quem, tendo consciência dos problemas e das dificuldades para os resolver, não vira a cara às dificuldades e consegue a força anímica para encontrar e implementar as soluções justas e correctas para que a profissão militar seja mais atraente, se exerça em moldes modernos e se aproxime rapidamente dos restantes exércitos europeus e nossos aliados.

Contem connosco,
que nós contamos convosco! ▲

Entrevista do Director de "O Sargento" ao 1SAR Vitalício

Acreditem que vale a pena lutar!

Entendeu a actual Direcção do jornal "O Sargento" colher a opinião de quem, no terreno, sente as implicações de algumas alterações legislativas que foram feitas no final do mandato pelo anterior Governo. Nesse sentido entrevistou o 1SAR Vitalício da FAP, militar já nosso conhecido de edições anteriores, que não hesita em fazer ouvir a sua voz na defesa dos direitos dos Sargentos de Portugal e das suas famílias.

"O Sargento" – Camarada Vitalício, qual é a tua opinião sobre o desempenho do anterior Ministro da Defesa, no que diz respeito às matérias da área do pessoal?

Vitalício – Antes de mais gostaria de te transmitir os meus parabéns e votos de felicidades neste novo cargo, que é dirigir o nosso jornal, tanto mais que substituis agora o nosso camarada Armando Parreira que dirigia "O Sargento" desde 1989, o que constitui uma responsabilidade acrescida para dar seguimento ao bom trabalho que ele desempenhou ao longo de todos estes anos.

Respondendo então à tua questão, não posso deixar de testemunhar uma grande desilusão pelo facto de, após todas as expectativas criadas pelo anterior Ministro da Defesa, nomeadamente de promessas que publicitou, quase nada se veio a concretizar na área do pessoal. Continuamos com os problemas antigos do tempo do Governo do PS e mais alguns criados pelos dois Governos PSD/CDS.

Foi um Ministro que soube utilizar bem a comunicação social, criando a ilusão que tudo estaria a ser tratado, mas no fundo, os problemas mais importantes que nos afectam e às nossas famílias, não só não se resolveram como ainda se agravaram. Penso que com o correr do tempo muitas verdades acabaram por vir ao de cima e a imagem do "ministro da defesa mais competente dos últimos anos" se desvanecerá...

"O Sargento" – Podes concretizar? A que promessas te referes?

Vitalício – No que respeita aos problemas das nossas carreiras, por exemplo. Não podemos esquecer que foi ele que disse que "2003 seria o Ano das Carreiras" e nesse aspecto nada fez de relevante, bem pelo contrário...

"O Sargento" – Mas já em



final de mandato produziu um decreto-lei que visava o descongestionamento das carreiras dos militares dos QP, não é verdade?

Vitalício – É um facto! Mas esse decreto-lei, conhecido como "o dos 14 anos" foi mais uma manobra eleitoral, que se há-de revelar como um presente envenenado para o actual Governo, pois o mecanismo usado para promover os 1SAR com mais de 14 anos de posto, vai trazer problemas muito maiores a breve prazo. Esta questão das carreiras é um problema estrutural, que se resolve com medidas estruturais e não com medidas pontuais como esta, de carácter sectário e discriminatório.

"O Sargento" – Quer então dizer que não foste abrangido por esta medida legislativa?

Vitalício – Na parte das promoções não me abrangeu pois tenho "apenas" treze anos de permanência em 1SAR. Mas fui abrangido na parte da desvalorização funcional, como todos os sargentos da Força Aérea.

"O Sargento" – Como é que é isso da desvalorização funcional?

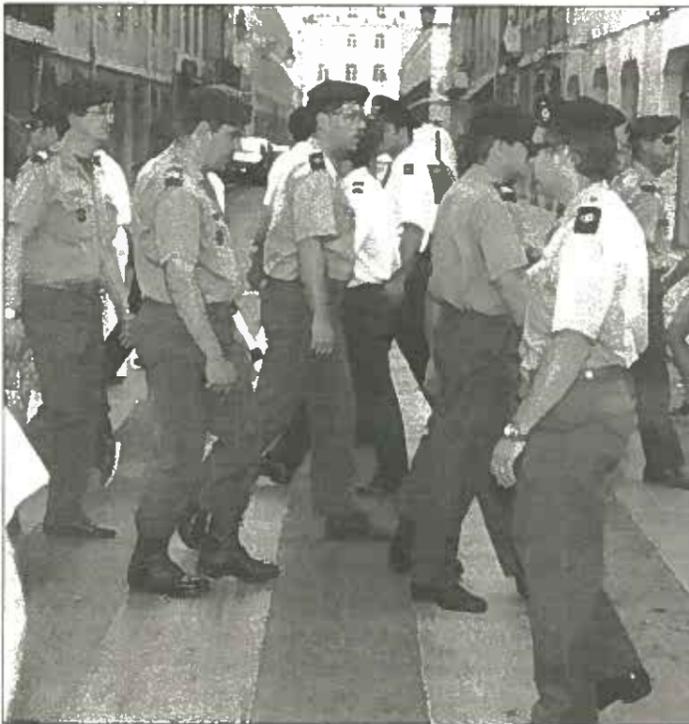
Vitalício – A questão da desvalorização funcional é algo que as chefias da Força Aérea vêm perseguindo pelo menos desde 1999, propondo alterações ao EMFAR para descaracterizar funcionalmente os seus Sargentos. O principal objectivo é flexibilizar as suas funções de maneira a colmatar a gritante falta de Praças contratadas, empurrando para os 1SAR muitas das tarefas que costumavam ser efectuadas pelos Praças. Com a presente alteração das funções dos Sargentos a Força Aérea passa a

ser o único Ramo das Forças Armadas cujos 2SAR e 1SAR não têm quaisquer funções de chefia, comando ou coordenação de pessoal, sendo pura e simplesmente executantes. Outras alterações significativas são por exemplo a nível do SMOR que deixa de ser adjunto do comandante, passando a acumular algumas das antigas funções do SCH. Por sua vez o SCH passa a ter as anteriores funções do SAJ e o SAJ as anteriores funções do 1SAR. Desceu tudo um patamar, nos níveis de responsabilidade. O argumento apresentado pelas Chefias foi o de diminuir a estratificação de funções, mas é um falso argumento pois com o novo texto continuam estra-

mo referiu o actual CEMFA recentemente numa entrevista...

Por outro lado como 1SAR, o EMFAR diz agora que sou apenas executante, mas a verdade é que centenas de camaradas meus continuam a desempenhar funções como supervisores, inspectores de produção, inspectores de qualidade, chefes de sectores, coordenadores, etc. Será que as chefias vão agora propor o pagamento para esses camaradas por desempenho de funções de posto superior, como é seu direito de acordo com o EMFAR?

"O Sargento" – Mas será que ninguém reparou nestas questões durante todo o processo legislativo?



tificadas, só que todas descem um nível.

"O Sargento" – Pelo que percebo as funções foram alteradas apenas para os Sargentos da Força Aérea. Como fica então a equiparação com os outros dois Ramos?

Vitalício – Essa é uma questão que eu gostaria que alguém com responsabilidades no processo possa responder. Será que se eu for numa missão com um 1SAR de outro Ramo, posso chefiar funcionalmente a missão mesmo sendo o mais antigo? É que eu não tenho funções de chefia e o 1SAR dos outros Ramos têm... Acho que nos meteram numa grande embrulhada, mesmo no que diz respeito às equiparações com os outros militares nossos parceiros na NATO, factor cada vez mais importante para quem quer uma Força Aérea moderna e expedicionária, co-

esse atraso... foi de facto lamentável.

A Força Aérea passa a ter agora cerca de 800 SAJ (470 dos quais em supranumerário) a concorrer para 81 vagas de SCH, prova evidente que deveriam ter sido revistos os Quadros Orgânicos.

E quanto aos outros militares que forem agora completando 14 anos de permanência no posto? Não é legítimo e justo que reivindicuem para si a aplicação de medida idêntica? Qual vai ser a posição das Chefias e do MDN perante este facto, que se irá passar já dentro de alguns meses?

"O Sargento" – Parece então que o futuro não se afigura nada risonho?

Vitalício – É verdade! E os problemas não se ficam por aqui. Também o anterior Ministro da Defesa prometeu que estava a tratar do problema dos SAJ mais modernos que auferem vencimento superior aos seus camaradas mais antigos, e foi o que se viu... Tudo continua na mesma passados 2 anos sobre as cartas que o Ministro enviou a esses camaradas.

No que diz respeito ao Suplemento de Residência é a mesma coisa. Cada Ramo continua a aplicar a legislação ao seu gosto e muitos camaradas continuam prejudicados. O mesmo acontece com a partilha da Licença de Maternidade em que as Chefias continuam a recusar a sua aplicação apesar de parecer do MDN em sentido contrário.

No aspecto social as dificuldades aumentam de dia para dia, com ataques constantes às nossas Reformas e às participações na Assistência na Doença (ADM's).

"O Sargento" – Camarada Vitalício, queres deixar alguma mensagem especial, para finalizar esta entrevista?

Vitalício – Claro! Não posso deixar de agradecer a oportunidade que me concedeste para mais uma vez denunciar o conjunto de graves problemas que afectam os Sargentos de Portugal e as suas famílias e deixar uma palavra de esperança a todos os camaradas para que acreditem que vale a pena lutar pelos nossos direitos e que, quando nos unimos, sempre acabamos por conseguir atingir os nossos objectivos, como a vida sempre se encarrega de nos demonstrar.

Nunca é demais lembrar que: "Quem não luta, já perdeu!" ▲

Sobre o Regime de

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Desde 1992 que o Regime de Administração Financeira do Estado tem vindo a procurar um adequado relacionamento entre recursos financeiros e objectivos a atingir. Treze anos depois, sucessivos diplomas legais promulgados e múltiplos esforços sectoriais desenvolvidos (uns mais próximos de sucesso, outros efectivamente falhados), aquele desiderato não está, ainda, consolidado na estrutura governativa do país.

Uma das componentes essenciais desse relacionamento (mas não a única) é a designada por Orçamento do Estado. Não se pretende aqui analisar, do ponto de vista técnico, a construção do Orçamento do Estado, importa, de uma forma simples, reflectir sobre algumas questões.

A primeira, determinante, é que um orçamento — e o Orçamento do Estado não foge à regra — é a expressão, organizada contabilisticamente, da componente financeira dum plano de actividades, plano este que visa atingir um objectivo previamente definido. Ou seja, a partir da definição de um objectivo a atingir, planeiam-se as actividades consideradas necessárias para alcançar o resultado pretendido. Uma dessas actividades é a obtenção dos recursos financeiros adequados e a sua disponibilização, em tempo oportuno, para a concretização das restantes actividades.

Isto é, o orçamento expressa contabilisticamente a forma como, quando, quanto e onde se perspectiva obter os recursos financeiros e, de igual modo, a forma como, quando, quanto e para quê distribui e disponibiliza os recursos obtidos. Paralelamente, é como consequência (e objectivo) desta mesma expressão contabilisticamente organizada, o orçamento contém em si mecanismos necessários e adequados que permitem (e obrigam) um efectivo controlo da sua execução, de modo a alcançar o resultado pretendido da forma mais eficiente, mais eficaz e mais económica.

Quer isto dizer que a acção primeira do Estado (Governo) não será a de elaborar um orçamento, mas sim definir um objectivo, planear as actividades que visem a sua consecução, concretizar e controlar essas actividades e avaliar os resultados obtidos. A elabo-



ração do orçamento é apenas uma dessas actividades. Partir do orçamento para definir objectivos é, no mínimo, errado.

Mas o Estado não tem só um objectivo definido. As Grandes Opções do Plano identificam múltiplos objectivos a atingir em variadíssimas áreas e em prazos diversos. Perante o número e a grandeza destes objectivos, é fácil constatar-se a escassez de recursos (pessoal, em particular o qualificado, material, infra-estrutura, financeiros) disponíveis ou possíveis de obter para assegurar a realização de todos.

Que fazer, então, se os recursos, neste caso os financeiros, não forem suficientes para sustentarem as actividades indispensáveis à consecução dos objectivos definidos? Serão duas as hipóteses de solução:

1) Ir cumprindo as partes dos objectivos que as disponibilidades financeiras permitirem. Tem sido a solução tradicional, com consequências já conhecidas: comprometimento dos planeamentos e planos de actividades (eventualmente) elaborados; falhas no controlo da execução; dificuldade de integração das diversas actividades num todo coerente; aumento de buro-

cracia por privilégio do controlo sobre os procedimentos em detrimento do controlo e avaliação dos resultados (que ficam tantas vezes vazios de sentido), etc.

2) Prioriza, de forma clara e precisa e coerente, os objectivos definidos, na perspectiva da sua total concretização em tempo oportuno. Esta é a solução para que apontará o Regime de Administração Financeira do Estado de 1992. Passa, no entanto, por algo cuja escassez também é conhecida — o sentido as responsabilidades, a capacidade de responsabilização.

“...Em 2002 foi promulgada uma lei que alterava a fórmula de cálculo do complemento de pensão de reforma, após acórdão do Supremo Tribunal Administrativo. Nesse ano, o Ministro da Defesa, alegando não dispor de verbas orçamentadas, emitiu um despacho suspendendo a execução financeira da lei. ...É incontornável o direito dos militares abrangidos por aquele diploma a receberem os retroactivos devidos desde Agosto de 2000”

Juntando as consequências da primeira solução (algumas, apenas enu-

meradas acima) à escassez de sentido das responsabilidades e da capacidade de responsabilização, abrem-se as portas para todas as “perversidades orçamentais”, desde as irregularidades processuais (“justificadas com a necessidade de se atingirem resultados) até à “estratégia da sub-orçamentação” (“esquecendo” a inscrição no orçamento das verbas necessárias à concretização de actividades cuja imprescindibilidade é, à partida, inquestionável — p.e., os vencimentos do pessoal — remetendo a regularização do “facto consumado” para o final do ano, “à custa do que for preciso”).

Um exemplo deste tipo de perversidade ocorre desde o ano 2000. Em Agosto desse ano foi promulgada uma lei que alterava a fórmula de cálculo do complemento de pensão de reforma, após acórdão do Supremo Tribunal Administrativo. Nesse ano, o Ministro da Defesa, alegando não dispor de verbas orçamentadas, emitiu um despacho suspendendo a execução financeira da lei até que futuros orçamentos contemplassem as verbas necessárias. A lei continua suspensa, pois todas as tentativas para inscrever nos orçamentos dos anos 2001 a 2005 as verbas necessárias não tiveram sucesso.

No entanto, é incontornável o direito dos militares abrangidos por aquele diploma a receberem os retroactivos devidos desde Agosto de 2000. Porquê, então, adiar por mais tempo a correcta orçamentação deste diploma?

E sendo esta questão um exemplo, para quando a elaboração de um Orçamento do Estado que traduza, com rigor e objectividade, os compromissos que o Estado (Governo) assumiu ou pretende assumir?

Ou será que a falta (ou, pelo menos, a escassez) de sentido de responsabilidade e de capacidade de responsabilização vão subsistir? Estará relacionado com esta falta, o facto de os dirigentes superiores da administração pública não serem avaliados pelo seu desempenho (a não ser politicamente, que é das formas mais subjectivas e desresponsabilizantes de avaliação)?

Sr. Ministro da Defesa, que solução, não só preconiza, mas pretende efectivamente pôr em prática, visando o rigor e a transparência orçamentais? ▲

Comemorações do "31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento"

SABER RESISTIR PARA VI

A pesar de já terem decorrido quase quatro meses desde as comemorações do "31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento" de 2005, importa lembrar não só onde decorreram, como também algumas das intervenções mais marcantes. As fotos são da sessão realizada no Parque das Nações, em Lisboa

Apesar das divergências internas que se vinham sentindo com grande preocupação e das dificuldades resultantes deste clima de falta de confiança e serenidade, que veio a terminar num processo eleitoral antecipado (facto de que se dá melhor conhecimento noutros artigos deste número de "O Sargento"), tudo foi feito para que as comemorações do Dia Nacional do Sargento se revestissem em todo o País da dignidade e elevação que esta data nos exige e obriga.

Assim, em catorze diferentes localidades do País, incluídas naturalmente as Regiões Autónomas, (ver artigo "Actividade Associativa", pág. 12) realizaram-se entre os dias 29 de Janeiro e 3 de Fevereiro diferentes eventos comemorativos, cujo objectivo foi congregar os Sargentos de Portugal em actos de convívio, de debate, de expressão cultural e desportiva, enfim, de uma verdadeira expressão de direitos de cidadania relativos a uma categoria de militares claramente conscientes do seu papel na sociedade em que se inserem, e da qual querem fazer parte integrante com os direitos de participação que a própria lei confere desde Agosto de 2001, resultado alcançado depois de dura e persistente luta!

Sem pretender desvalorizar quaisquer outras intervenções ou criar qualquer ideia de tratamento diferenciado, julgamos merecer uma atenção particular as intervenções de camaradas nossos, delegados nas Regiões Autónomas, que pela sua clareza, pela sua força, pela confiança demonstrada naqueles que arduamente, e apesar dos obstáculos, têm dirigido os destinos da ANS, entendemos partilhar com todos os leitores de "O Sargento".

Estão neste caso, as intervenções dos nossos camaradas do Núcleo da Região Autónoma da Madeira, e do Núcleo da Terceira - Açores, que se transcrevem a seguir.

Comemorações do 31 de Janeiro em Angra do Heroísmo

Em primeiro lugar gostaria de me



congratular com a presença dos camaradas e seus familiares, neste dia comemorativo do 114.º Aniversário do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento – quer também com o leque de faixas etárias aqui representado, que vai desde os mais novos, que há pouco tempo ingressaram na carreira de Sargento, até aos mais velhos, que tendo já dado o seu contributo de tempo no

activo, continuam e continuarão a ser parte integrante desta nossa imensa família.

Citando o conhecido ditado popular "vivendo e aprendendo", fiquei há dias surpreendido ao ler no jornal "O Sargento" o artigo sobre o facto histórico que aqui comemoramos hoje! Não sobre a acção dos acontecimentos propriamente ditos, porque já os sabia,

mas sobre o comunicado que na altura os Sargentos do Porto emitiram e a que deram o título "Protesto". Para compreenderem melhor o comentário que farei a seguir, passo a ler o dito "Protesto":

"É já demasiado longo o cadastro dos logros e vilipêndios que nos infligiram, colectivamente, os últimos governos da Nação. Despertemos da nossa inércia ignominiosa, e digamo-lhes com altivez de quem tendo brio e pundonor sabe repelir as afrontas:

- Basta de escárneo, imprudentes estadistas. Não brinqueis com o fogo que ele pode incenerar-vos!

- Desafivelai a máscara da mentira, repelentes hipócritas, antes que nós vo-la arranquemos num desabafo de cólera!

- Calculai bem a nossa força dirigida por um cérebro que pensa e por um coração que sente, e meditai nas contas que vos havemos de tomar num dia de desforra!

É urgente que a classe de oficiais inferiores do Exército, solidariamente, sustente a todo o custo a sua dignidade e o seu prestígio.

Soou enfim a hora em que não deve haver tibiezas, contemporizações de qualquer ordem, para protestarmos homogeneamente contra os que nos vexam com o egoísmo mais humilhante.

Nós temos sido a pele de brinquedo dos governos dos últimos tempos, e o nosso bom nome clama com energia para que termine este ultrage.

Há pouco era um ministério que tendo-nos constantemente iludido com a promessa de aumento de vencimento, só quando foi invadido pelo terror da agonia é que se lembrou de que nós podíamos ser o seu sustentáculo, e por isso tentou corromper-nos, sacudindo nas nossas faces as migalhas da toalha do orçamento.

Agora, um gabinete presidido por um general que nós ingenuamente consideramos nosso protector, nosso amigo solícito e desvelado, que tendo-nos prometido a escala de promoção por antiguidade do curso, se curva perante as exigências de uma agremiação política em que militam muitos oficiais da arma científica, respondendo com desprezo à nossa ardente... e jubilosa expectativa.

Unamo-nos todos: que haja uma só voz, um só pensamento, uma só vontade!

Só assim nos poderemos vingar impondo a nossa força e fazendo prevalecer os nossos direitos contra a perfídia dos nossos "amigos".

Desviemos os olhos deste monstro pestilente, que exala miasmas que nos asfixiam, e volvamo-los para a alvorada que desponta no horizonte social...

Temos as armas nas mãos: e com fé e en-

NCER

tusiasmo saudemos o futuro, que ele minorará a nossa sorte ingrata."

Ao ler e reler o texto não deixei de me arrepiar e emocionar até, pois retirando algumas, poucas, palavras que por serem arcaísmos já não se usam hoje na nossa linguagem corrente, e a situação que se refere à ultrapassagem nas promoções que não se insere no contexto actual, todo aquele conteúdo, toda aquela determinação, poderiam perfeitamente ter sido proferidos nos dias de hoje, tendo certamente tantos ou mais subscritores que aquele teve então, pois são imensas as semelhanças nas pretensões, nos anseios, e sobretudo, nas razões que hoje como antes, estão do nosso lado!

Estamos a atravessar uma fase difícil no que respeita à concretização das nossas mais que justas pretensões, porque a tutela agora cessante, perante as insistências dos Sargentos, através da sua Associação, pouco ou nada fez, a não ser promessas e até mesmo essas esvaziou de esperança, pois foi consecutivamente adiando no tempo a sua concretização. Não sei se com a previsível nova tutela que aí vem, se a situação se alterará para melhor, pois com a qualidade desta moderna classe política de carreira, que temos hoje, cujo principal objectivo é a sua própria sobrevivência política e como principal qualidade a falta de coragem política para tomar decisões. Só as tomam através de muita pressão e quando o fazem, olham primeiro para o umbigo, depois para os lados para amigos, familiares e outros compadres, e, só por último, para o País real, o qual é de sua competência governar sempre para o seu maior desenvolvimento e engrandecimento.

É preciso pois, resistir a toda esta desmoralização e frustração a que nos querem votar, ao não nos darem aquilo que é nosso por direito: a nossa razão. Porque ela está do nosso lado, temos que dela nos servir para nos auto-fortalecermos, mostrando que estamos coesos, unidos e atentos.

Atentos, porque é necessário saber onde está e quem é, a oposição, o nosso adversário, quem é que realmente não quer resolver os nossos problemas. Isto é muito importante, pois em momentos de fraqueza e de menor alento, alguns camaradas nossos dão inadvertidamente tiros nos próprios pés, que para além do prejuízo consequente, dão de mão beijada valiosos pontos para o score do adversário. A melhor maneira de o evitar é mostrar que estamos fortes e motivados e que



não nos deixamos enredar na sua tática, que consiste precisamente em provocar desalento e frustração, pondo em prática uma surdez profunda às propostas e soluções apresentadas pela Associação em relação a diversos problemas, e um irritante mutismo quanto à sua (da tutela) opinião sobre a resolução (ou não) dos mesmos!

Por vezes essa mesma tutela, que a nós exige o cumprimento das normas e leis pelas quais se rege a nossa Instituição Militar e também da instituição civil (às quais os Sargentos sempre obedeceram e cumpriram!), faz ainda pior, ignorando a Associação, não a consultando, como está consignado na lei.

Por isso termino evocando o lema que a Associação elegeu para este ano: "Saber Resistir Para Vencer", porque Desistir Nunca!!!

Angra do Heroísmo, 30 de Janeiro de 2005

Manuel Caeiro

Comemorações do 31 de Janeiro no Funchal

Caros camaradas da Direcção

A data 31 de Janeiro, não é apenas para os Sargentos da ZMM, o Dia Nacional do Sargento, é também o aniversário do Núcleo Regional da Madeira. Parabéns à ANS, porque mais uma vez as comemorações foram marcadas pela grande adesão dos Camaradas Sargentos.

Quando numa Zona Militar, onde prestam serviço perto de 150 militares da nossa categoria, um terço adere ao jantar comemorativo num hotel da cidade do Funchal, e em que o preço é de 30 euros, faz pensar duas vezes. Pode-se afirmar que a nossa Associa-

ção está de parabéns pela dignidade que dá nas acções comemorativas do "31 de Janeiro".

Este ano, a RTP Madeira fez deslocar ao Aeroporto Internacional da Madeira, uma equipa de reportagem para entrevistar o presidente da ANS, e após uma hora, já a televisão local noticiava as comemorações do nosso Dia. Foi uma reportagem séria sem aproveitamento político, em que a jornalista salientou os motivos da Luta dos Sargentos.

Infelizmente, por meu lapso, os faxes para o DN e JM, não foram enviados, razão pela qual não estive presente a imprensa escrita. A Rádio Local Posto Emissor do Funchal, passou uma entrevista ao telefone com o presidente da ANS.

Esteve presente no Jantar, em representação do presidente da Câmara do Funchal, o vereador do Ambiente, Eng.º Henrique Costa Neves, que manifestou que, apesar de ter sido Sargento Miliciano, desconhecia as referências históricas do "31 de Janeiro". Após entregar os cumprimentos por parte do presidente da Autarquia local ao nosso presidente, fez questão de agradecer o convite e mencionar que se sentia honrado em estar presente nas comemorações do "Dia Nacional do Sargento". Mais uma vez as Chefias Militares manifestaram estar ocupadas ou de férias, mas o facto novo é que estas não ignoraram os convites e acusaram a sua recepção.

Saliento este ano a presença de um camarada na situação de reforma, que tem escrito alguns artigos no Diário de Notícias da região, criticando as acções da ANS (enviei por fax um recorte, com a finalidade de darmos resposta a tal provocação), e ao saber que este se tinha inscrito no Quartel-General, fiz

questão que no jantar ele se sentasse ao lado do presidente da ANS, e só após o jantar, é que clarifiquei ao camarada Lima Coelho a razão porque tinha convidado aquele militar a sentar-se ao nosso lado. Para nossa satisfação, o camarada Sargento-Ajudante, António dos Anjos Pereira demonstrou que está feliz por se ter integrado numa consciência associativa que ele desconhecia e manifestou vontade de se associar à nossa causa. Também aqui se ganhou uma batalha interna e são estas que nos dão maior satisfação.

Em 31 de Janeiro de 2005, o Comandante do Regimento de Guarnição N.º 3, autorizou a comemoração do "Dia Nacional do Sargento", com um jogo de futebol entre os Sargentos QP e Sargentos RC (para matar a curiosidade, os Sargentos QP ganharam 4 - 2) e além de convidar Sargentos de outras unidades, marcou presença no almoço, onde mais de uma centena de Sargentos estavam presentes. Mais uns pontos se conquistaram ... Pontos que creditam as nossas actividades dentro das Unidades Militares.

Os Camaradas Sargentos do Núcleo Regional manifestaram satisfação pela forma com que decorreram as comemorações, e mesmo alguns daqueles que não se revêem no associativismo militar expressaram a sua satisfação.

Pela primeira vez faço descrição destas actividades, porque quero agradecer o acompanhamento e ajuda que tenho sentido por parte da Direcção da ANS; sem esta nunca o Núcleo teria esta dimensão. Espero também que este relato seja motivante para aqueles que lutam pela "Causa do Sargento".

Viva o 31 de Janeiro, Viva o Sargento, Viva a ANS!

João Paulo Ferreira dos Santos ▲

Cartas dos LEITORES

"Saber Resistir Para Vencer"

Amputado...

Tendo entregue, na secretaria do comando, o panfleto da ANS que anunciava as comemorações do Dia 31 de Janeiro, para o mesmo ser rubricado pelo Comandante, o mesmo foi rubricado e posteriormente afixado na messe.

No dia seguinte, o panfleto foi retirado pelo SMOR, que me comunicou que o Comando tinha recebido um comunicado sobre o respectivo folheto, dizendo que o mesmo continha palavras proibidas por uma directiva da Marinha. Dentro deste contexto tentei saber mais pormenores mas não consegui.

Falei com o SMOR sobre a possibilidade de se poder ultrapassar o problema, sem que os camara-

das fossem privados da informação, e então chegámos a acordo que o folheto fosse amputado das palavras que incomodavam, o que acabei por fazer.

Assim, ficou o folheto da ANS amputado das seguintes palavras: "Saber resistir para vencer".

Saber resistir para vencer, palavras vezes sem conta utilizadas pelos formadores dos cursos na Escola de Fuzileiros, assim como noutros cursos e noutros ramos das Forças Armadas.

Porque é que as mesmas palavras, empregues de forma diferente, incomodam tanta gente!?

13 de Janeiro de 2005

António Dias ▲

BREVES

Galardão ISS SAFETY AWARD

Distinção a Sargento

É a primeira vez que o galardão ISS SAFETY AWARD, uma distinção que premeia a prevenção, auxílio e socorro, é atribuído em termos individuais.

O Primeiro-Sargento José Ramos, controlador aéreo, da Força Aérea Portuguesa, viu reconhecido publicamente o seu apoio à aterragem de emergência, na Base das Lajes, do AIRBUS A330, das Air Transat, que em 2001, com 301 passageiros a bordo, ficou sem combustível ao largo dos Açores.

O prémio norte-americano foi entregue ao Sargento Ramos durante a Gala dos 95 Anos do Aero Clube de Portugal, no passado dia 4 de Fevereiro. ▲

Para o Afeganistão

Portugal vai enviar, em Agosto, um avião C-130 e uma Força de 130 militares, para o Afeganistão.

Avião e efectivos ficarão adstritos à Força da NATO estacionada naquele país.

A propósito, leia-se o texto publicado na página 13 deste jornal. ▲



Juízes Militares

A nomeação dos Juízes militares que vão exercer funções nos tribunais civis está a ser muito contestada.

De acordo com a Lei 101/2003, que aprova o Estatuto dos Juízes militares, os escolhidos para o cargo devem, de preferência, ser oficiais que possuam licenciatura de

Direito.

Ficará mal perguntarmos, porque razão não poderão ser militares possuidores de licenciatura de Direito?

Porque não se aplica a esta Lei o Art. 13.º da Constituição da República Portuguesa — Princípio da Igualdade? ▲

Notícias da retaguarda

Quando nos sentimos devidamente representados na frente da batalha pelo garante dos constitucionais e tradicionais direitos da Classe de Sargentos é, também, nosso dever lutar nas escaramuças em que nos envolvemos na retaguarda. Sem que daí se extraia outra intenção, que não o acompanhamento nuclear e norteadora da acção da ANS, e sempre no âmbito do respeito hierárquico e funcional pela qual a sociedade estratificada mas interdependente, a militar, se regula.

A escaramuça que aqui vou noticiar desenrola-se em dois pontos geográficos na área da grande Lisboa. Trata-se da necessidade de a Classe de Sargentos se respeitar a si própria para que possa exigir o respeito hierárquico ascendente ou descendente, e assim se garantir o funcionar da sociedade onde se integra profissionalmente.

Não é isso que está a acontecer na UAICM (Ministério), e no EMGFA, caracteristicamente, na mesma área funcional.

No primeiro caso, a UAICM, sistematicamente, refiro, sem folga em qualquer dia, os mesmos senhores Sargentos tomam as suas refeições no refeitório dos Praças e equiparados. Sendo este edifício um aglomerado de unidades diferentes, a acção do Sargento mais antigo não se mostra eficaz no controlar e modificar desta atitude, que assume aspectos pouco dignos para os visados e para a Classe, quando têm de aguardar em fila por entre Praças e outros.

Convívio entre classes é saudável e deve ser efectuado de modo esporádico ou por normas orgânicas sem exclusões. Mas o que acontece não o é, e pode-se deduzir que os próprios Praças não se sintam à vontade com a constância desses senhores Sargentos. O exemplo que é passado para os mais novos, também não produz bom fruto, assistindo-se a um quebrar do espírito de Classe, com a ha-

bituação de Subsargentos e Segundosargentos, às atitudes e linguagem desenvolvidas na ala dos Praças (refeitório e bar), criando-se a falta de independência para futuras situações onde a hierarquia tenha de ser exercida. Não serve também como exemplo para os Praças que aspirem subir na hierarquia.

Um outro aspecto resultante desta comunhão, ao arpejo da tradição e normas funcionais, é a incapacidade de representação no pedido de solução para anomalias, como são a falta de condições na ala do bar de Sargentos ou o declínio da qualidade alimentar.

No EMGFA é conhecida uma situação idêntica, mantida já há alguns meses. Mas, desta vez, por despacho normativo interno, os senhores Oficiais e equiparados foram colocados na ala sul do piso das messes, e todos os senhores Sargentos, seus equiparados, Praças, Soldados e funcionários equiparados, e todos os restantes, funcionários auxiliares e operários civis, na ala norte. Ocorre que Sargentos superiores tomam a refeição na sua ala e, funcionários sob as suas ordens, na ala dos Oficiais.

É de primordial importância aqui frisar que altos responsáveis do gabinete do CEMGFA já mostraram a devida dignidade de aceitar que houve erro logístico na ordem que promoveu a situação. Apresentaram soluções que não se enquadravam no espírito funcional da Classe de Sargentos e, aquando da recusa, compreenderam, pedindo soluções à guarnição de Sargentos. Essas soluções estão aventadas, mas estranha-se a demora na sua definição e apresentação.

Chamei escaramuças a estes problemas de simples resolução por via hierárquica. Manterei a palavra se comprovada a intenção de dolo à Classe de Sargentos. No meu melhor íntimo acredito ser apenas desatenção.

A quem do dever, pede-se resolução.

Sócio N.º 556 ▲

RESERVADO

836

(Continuação da Ordem de Serviço n.º 31 de 30JUL04, do EMGFA)

13. ALIMENTAÇÃO

a. Fornecimento de alimentação e funcionamento dos refeitórios

Vem a verificar-se ultimamente a criação de filas de espera para a entrada no Self-Service. Tal facto resulta em grande parte do não cumprimento das normas que regulam o funcionamento das messes. Assim sendo e para evitar os naturais prejuízos para o bom funcionamento do serviço, a partir do dia 02AGO04, passa-se a utilizar a seguinte distribuição:

1) Refeitório Sul

Oficiais, Técnico Superior, Técnico, Técnico Profissional, Docente, Especialista, Técnico de Informática e ASS ADM ESP.

2) Refeitório Norte

Sargentos, Praças, ASS ADM PR, ASS ADM, Auxiliar, Operário e Chefe de Armazém
28 de Julho de 2004.- O Chefe dos Órgãos de Apoio Geral, José Maria Teixeira Calado, Tenente-coronel de Infantaria.

(Continua)

RESERVADO

Caixa Geral de Aposentações rejeita decisão da Junta de Saúde da Força Aérea...

1SAR Azevedo de novo em greve de fome

O nosso camarada da Força Aérea, 1SAR Joaquim Azevedo, na situação de Reforma, viu-se mais uma vez obrigado a recorrer a esta forma de luta como demonstração da sua indignação e na tentativa de chamar a atenção das autoridades competentes para a busca de solução para o seu problema.

Todos estamos recordados da forma digna e decidida como este camarada levou a efeito a sua primeira greve de fome, no ano passado, durante 5 dias, em frente ao Ministério da Defesa, tendo na altura a Força Aérea dado andamento ao seu processo, onde estava retido há cerca de 4 anos.

Recordemos que o nosso camarada Joaquim Azevedo, ex-paraquedista, pretende ver reflectida na sua pensão de reforma o valor da incapacidade decorrente de acidente em serviço, cuja desvalorização de 25% já foi reconhecida pela Junta de Saúde da Força Aérea.

Fora de prazo... quem?

Na verdade, todos acreditámos que a situação tinha ficado definitivamente resolvida, quando, para grande espanto nosso, fomos confrontados com um lacónico despacho da Caixa Geral de Aposentações (CGA), que rejeitava a decisão da Junta de Saúde da Força Aérea, alegando que não era possível a abertura do processo, por estar fora de prazo...

Perante tal resposta e em face da ausência de respostas por parte da CGA, decidiu o nosso camarada levar de novo a efeito uma greve de fome, que iniciou a 16 de Fevereiro, em frente à Presidência da República, passando pela CGA e MDN, e que se prolongou durante 27 dias, alimentando-se diariamente apenas com uma colher de sal, um pacote de



1SAR Joaquim Azevedo

leite e água, e dormindo dentro do seu pequeno Fiat Cinquecento, numa demonstração de firmeza admirável, tanto mais que manteve sempre uma postura de grande serenidade e confiança num desfecho positivo.

Desde a primeira hora teve o apoio da ANS e ao longo dos dias foram contactadas várias entidades, como a Presidência da República, o MDN, o Bispo das Forças Armadas, o CEMFA, advogados, etc., na tentativa de desbloquear a situação, mas sempre esbarraram com a irredutibilidade da CGA na pessoa do seu Director. O Joaquim Azevedo conseguiu de todas estas entidades pareceres favoráveis às suas pretensões, mas da CGA o muro de silêncio permanecia.

Mesmo assim, o nosso camarada nunca desesperou, manteve-se firme e no dia



Delegação da ANS presente no apoio a uma causa justa

5 de Março conseguiu reunir um conjunto de amigos e familiares, merecendo uma palavra de evidente realce e reconhecimento a presença de sua mulher e filho, numa postura de grande coragem, junto de si, facto que veio referenciado na imprensa e que muito reforçou as suas convicções.

Ao vigésimo quinto dia de greve de fome, participou ainda na mini-maratona de Lisboa, atravessando a Ponte 25 de Abril e correndo os cerca de 8Km em cerca de 50 minutos, o que demonstra a grande resistência deste camarada.

Mas o problema, esse, continuava por resolver, e o Azevedo continuava a perder cerca de 200 euros mensais na sua pensão de reforma.

Com a entrada em funções do novo Governo, o MDN disponibilizou uma ju-

rista para que, em coordenação com o advogado do nosso camarada, encontrem juntos uma solução para este problema junto da CGA. Fazendo alguma fé nesta demonstração de boa vontade, o nosso camarada regressou a casa para junto da sua família, estando neste momento a aguardar o desenvolvimento dos trabalhos por parte daquelas entidades.

Ansiamos vivamente que o desfecho deste processo venha a ser breve e favorável às pretensões mais que justas do nosso camarada Azevedo.

Uma palavra de agradecimento, por fim, para todos quanto expressaram o seu apoio, directa ou indirectamente a esta iniciativa, contribuindo para o seu sucesso.

Bem hajaz, Joaquim Azevedo! ▲

TRIBUNAL ANULA CASTIGO

Os Sargentos e Praças do NRP Hermenegildo Capelo, fazendo uso do direito à indignação, resolveram, espontaneamente e individualmente, não almoçar, devido à recusa do Comandante em autorizar o desembarque de uma praça que lhe tinha falecido um familiar muito próximo, conforme noticiado no n.º 56 do nosso jornal.

Na sequência desse acto, foi instaurado um processo de averiguações e, posteriormente, um processo disciplinar a três elementos da guarnição, do qual resultou a punição de repreensão agravada ao Sargento mais antigo, ao Sargento dispenseiro e à Praça mais antiga.

O Sargento mais antigo recorreu hierarquicamente para o Comandante de Esquadilha de Escoltas Oceânicas, que indeferiu o recurso mantendo a punição. Em face disso, o Sargento instaurou uma acção administrativa especial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. Arguiu neste processo: violação do direito de defesa; vício de violação de lei e vício de forma, por falta de fundamentação.

Acórdão do tribunal

No acórdão do Tribunal, a que "O Sargento" teve acesso, lê-se: "(...) O Autor foi punido com pena dis-



ciplinar porque, de acordo com a nota de culpa, sabendo que nenhum dos sargentos e praças almoçava no dia 21.1.2004, não infor-

mou os seus superiores hierárquicos do que se estava a passar nem almoçou ou esclareceu os seus inferiores hierárquicos da gravidade que

a situação revestia, servindo-lhes, assim, de exemplo.

"(...) Da prova produzida no processo disciplinar não resultou apurado que o ora Autor tivesse "conhecimento directo" de uma falta generalizada dos militares a bordo ao almoço, naquele dia.

"(...) Com a falta de prova deste facto, alegada pelo Autor e constatada no processo, o Autor não tinha, em consequência, o dever militar de informar os seus superiores hierárquicos e de dar o exemplo aos seus inferiores hierárquicos do que não se conseguiu provar que conhecesse.

"Acto punitivo impugnado padece de vício de violação da lei"

"Conclui-se, assim, que o acto punitivo impugnado padece de vício de violação da lei, concretamente do disposto no art. 4.º, n.º 3 e n.º 4 do Estatuto de Disciplina Militar."

Pelo que antecede, decidiu o colectivo do Tribunal: "Pelo exposto, tudo visto e ponderado, acordam em julgar a presente acção procedente e, em consequência, com fundamento em vício de violação de lei, anula o acto impugnado, datado de 18.3.2004, e todos os actos ulteriores à punição, praticados na sequência desta, nomeadamente os publicados em ordem de serviço e anotações das folhas de matrícula e processo individual do Autor." ▲

Actividade ASSOCIATIVA

Apesar das dificuldades sentidas no seio da nossa associação, que vieram a culminar no conhecido processo eleitoral antecipado, nem por isso a actividade associativa deixou de ser exigente. Desta actividade deixamos de seguida um breve resumo de alguns dos mais significativos eventos:

- ✓ 15DEZ - Jantar de Natal da ANS efectuado nas instalações do CAS Lisboa (antigas instalações da Cooperativa Militar);
- ✓ 06JAN - Reunião com o núcleo de Beja para entrega das bandeiras aos delegados do Exército por parte dos delegados da Força Aérea.
- ✓ 29JAN - Comemorações do 31 de Janeiro em Lisboa, no Parque das Nações;
- ✓ 29JAN - Comemorações do 31 de Janeiro no Funchal - Madeira;
- ✓ 29JAN - Comemorações do 31 de Janeiro em Tavira;
- ✓ 30JAN - Comemorações do 31 de Janeiro em Angra do Heroísmo - Açores;
- ✓ 31JAN - Comemorações do 31 de Janeiro no Porto, incluindo cerimónias evocativas no cemitério do Prado do Repouso e na Rua 31 de Janeiro;
- ✓ 31JAN - Comemorações do 31 de Janeiro em Espinho, nas instalações do Regimento de Engenharia n.º 3;
- ✓ 31JAN - Comemorações do 31

- de Janeiro em Ponta Delgada;
- ✓ 31JAN - Comemorações do 31 de Janeiro em Viseu;
- ✓ 31JAN - Comemorações do 31 de Janeiro em Lamego/Vila Real;
- ✓ 01FEV - Comemorações do 31 de Janeiro na área militar do Entroncamento, na Vila Nova da Barquinha;
- ✓ 02FEV - Comemorações do 31 de Janeiro em Beja;
- ✓ 02FEV - Comemorações do 31 de Janeiro em Elvas, integrando o núcleo Elvas, Évora e Estremoz;
- ✓ 03FEV - Comemorações do 31 de Janeiro na Marinha Grande, núcleo de Leiria e Monte Real;
- ✓ 03FEV - Comemorações do 31 de Janeiro em Monchique - Fóia;
- ✓ 05FEV - Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do Clube do Sargento da Armada, em Lisboa;
- ✓ 07FEV - Cerimónia do 46.º aniversário da Junta de Freguesia de S. João;
- ✓ 12FEV - Cerimónia de Tomada de Posse da Comissão Administrativa da Delegação do Clube do Sargento da Armada, no Feijó;
- ✓ 14FEV - Conferência de Imprensa conjunta, ANS, AOFA e APA, no Hotel Barcelona, em Lisboa;
- ✓ 03MAR - Reunião de Sargentos da Armada, no CIRL, Laranjeiro;

- ✓ 09ABR - Cerimónia no Mosteiro da Batalha. Dia do Combatente. Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido;
- ✓ 20ABR - Eleições para os Órgãos Sociais da ANS;
- ✓ 23ABR - Almoço comemorativo do 31.º aniversário do 25 de Abril organizado pelo CSA, Delegação - Feijó;
- ✓ 23ABR - Almoço do Grupo de

- Sargentos de Castelo Branco;
- ✓ 24ABR - Almoço comemorativo do 31.º aniversário do 25 de Abril organizado pelo Clube de Praças da Armada;
- ✓ 24ABR - Almoço comemorativo do 31.º aniversário do 25 de Abril organizado pela J.F. Vale da Amoreira - Moita;
- ✓ 24ABR - Cerimónia de encerramento do Congresso do CDS-

- PP, na Junqueira, Lisboa;
- ✓ 25ABR - Recepção oferecida pelo Presidente da República, no Palácio da Ajuda, comemorativa do 31.º aniversário do 25 de Abril;
- ✓ 29ABR - Colóquio sobre o 25 de Abril e a Liberdade, na Escola EB 2+3 do Vale da Amoreira - Moita;
- ✓ 03MAI - Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, Lisboa;
- ✓ 05MAI - Cerimónia do 21.º aniversário da Delegação do CSA, no Feijó;
- ✓ 14MAI - Cerimónia comemorativa do 14.º aniversário da fundação da Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima, em Faro.

À hora do fecho desta edição estavam em preparação e agendamento diversas reuniões e deslocações aos núcleos regionais da ANS, bem como outras actividades de carácter associativo tais como reuniões internas, audiências e encontros.

Destas e de outras actividades daremos conhecimento no próximo número de "O Sargento". ▲



Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no Dia do Combatente. Cerimónia no Mosteiro da Batalha.

Partilha da Licença de Maternidade (II)

Ao que parece está a chegar ao fim a saga da partilha da licença de maternidade que relatámos no último número de "O Sargento" e que dura já vai para cerca de ano e meio.

Recorde-se que o Comandante da Esquadra de Pessoal da Base Aérea n.º 11, Beja, não reconhecia o direito à licença de maternidade à esposa de um nosso camarada a prestar serviço naquela unidade, sustentando, posteriormente a sua decisão num parecer encomendado aos serviços jurídicos da Força Aérea, que contrariava o entendimento da Segurança Social.

A esposa deste camarada apresentou queixa ao anterior Ministro da Defesa Nacional, tendo o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes (SEDAC) produzido um despacho para os Ramos, no sentido de estes privilegiarem a aplicação da referida licença e do qual os Ramos fizeram letra morta, reincidindo no princípio da não aplicação do direito, como se veio a verificar pelo surgimento de um segundo caso de características idênticas na mesma unidade.

Simultaneamente, na Marinha assistimos à difusão de um parecer do Estado Maior da Armada que referia que o despacho do SEDAC não tinha fundamento legal (!!!) e que seria perturbador para a instituição militar, produzindo aspectos de injustiça pessoal e não contribuindo em nada para o prestígio e uniformidade no exercício da função administrativa.

Tais factos levaram à apresentação de uma segunda queixa por parte da esposa do nosso camarada, tendo entretanto surgido um outro caso idêntico na mesma unidade que também motivou mais uma queixa.

Chegou-nos agora ao nosso conhecimento, que o actual Secretário do Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar produziu um segundo despacho, fundamentado num extenso parecer jurídico, que vem de forma clara e inequívoca dar razão ao nosso camarada da BA11 e à sua esposa, obrigando os Ramos a cumprir com o que está determinado na Lei nesta matéria e que evitará que idênticas situações se repitam no futuro.

Na verdade, o camarada em questão e a sua esposa, em nada vão beneficiar da dura luta que travaram pois a bebé tem já 18 meses, tendo, felizmente, já ultrapassado os problemas de saúde à nascença que motivaram o pedido da licença, que a Força Aérea negou. No entanto, fica o exemplo de que não nos devemos calar perante as injustiças que são praticadas e de que vale a pena lutar, quanto mais não seja para bem da razão e da justiça.

Seria bom que a Força Aérea, em face do sucedido, reconhecesse o erro do seu juízo de avaliação da situação e enviasse um pedido formal de desculpas à esposa do nosso camarada, assim como deveria ressarcir o agregado familiar de todos os prejuízos, nomeadamente financeiros, causados pelo longo processo que causou, igualmente, grande desgaste psicológico e perturbação no seio familiar.

Pela sua importância, transcreve-se aqui o despacho do actual Secretário do Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, datado de 6 de Maio de 2005 e que, claramente, é favorável aos militares naquela situação:

"1 - A Constituição da República Portuguesa e o Código do Trabalho garantem que os pais e as mães têm direito à pro-

tecção da sociedade e do Estado na realização da insubstituível acção em relação aos filhos e que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes (art. 68.º da CRP e art. 33.º do Código do Trabalho);

2 - Os militares em efectividade de serviço gozam dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente estabelecidos (art. 31.º, n.º 1, da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada pela Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro, na redacção dada pela Lei Orgânica n.º 4/2001 de 30 de Agosto) e de todos os direitos e liberdades reconhecidos aos demais cidadãos, salvaguardadas as restrições constitucionalmente previstas (arts. 7.º do Estatuto da Condição Militar aprovado pela Lei n.º 11/89 de 1 de Junho e 18.º, n.º 1, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo DL n.º 236/99 de 25 de Junho);

3 - Entre os direitos conferidos aos militares, encontra-se o de lhes serem aplicáveis, em matéria de licença de paternidade e maternidade, as disposições da lei geral, ou seja do Código do Trabalho (arts. 25.º, al. d) e 100.º, n.º 1 do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99 de 25 de Junho);

4 - Nos termos do art. 36.º, n.º 2, al. c), do Código do Trabalho, o militar tem direito a licença por paternidade por período de duração igual àquele a que a mãe teria direito, nos termos do n.º 1, do art. 35.º, do mesmo Código, ou ao remanescente daquele período, caso a mãe já tenha gozado alguns dias de licença, uma vez que, no caso, foi nesse sentido a decisão conjunta dos pais do menor;

5 - O direito referido na conclusão anterior não é prejudicado pelo facto de a mãe do menor ser trabalhadora independente e ter, por isso, um específico regime de prestação laboral de segurança social." ▲

O BOCAS

Sabe-se que no próximo 10 de Junho, nas comemorações do Dia do Combatente, vai discursar Miguel Horta e Costa.

Ora, Miguel Horta e Costa pertence à ESCOM - Grupo Espírito Santo, e há notícias que o ligam aos recentes acontecimentos, ainda por esclarecer, de negócios aparentemente pouco claros efectuados por pessoas do anterior Governo.

Azares? Ou coincidências? ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 - 2.º, em Lisboa, no dia 22 de Junho de 2005, pelas 19.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2004.
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2005.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 25 de Maio de 2005

O Presidente da Assembleia Geral
Dias Manuel Vitoria da Fonseca

MISSÕES NO EXTERIOR

Continuamos, infelizmente, a assistir ao completo abandono dos camaradas que são chamados a participar em missões no estrangeiro, sejam elas designadas por "Missão Oficial no Estrangeiro e no Estrangeiro", sejam "Missões Humanitárias e de Apoio à Paz" (MHP), ou, ainda, "Cooperação Técnico Militar" (CTM). Tal como o Sargento de Vida para os militares neste tipo de missões, conseguido por influência da ANS, do qual nunca mais se ouviu falar nem foi editado qualquer balanço sobre como está a ser implementado.

Segundo um relato: "Numa comissão de serviço a Angola foi notável a prevenção a que fui submetido antes de embarcar, com exames, vacinas, etc. O que só contrastou com a ausência de acompanhamento a chegada, onde, não fui submetido a nenhum exame rigoroso para despistar quaisquer hipótese de contaminação. Fiquei com a impressão de que, afinal, o empenho à partida seria mais para proteger aquele País e não para me proteger de possível contaminação com alguma doença tropical, para as quais os nossos organismos não têm defesas. A despistagem à chegada, parece-me que também seria muito importante como prevenção: para mim, minha família, meus camaradas de unidade e amigos".

O acompanhamento e despedida do pessoal que se envia para missões no exterior é nula

O acompanhamento e despedida do pessoal que se envia para missões no exterior é nula, excepto quando há eleições e a tutela e os chefes podem daí usufruir alguns pontos. De facto, o que se verificou, pelas palavras de um camarada no fim de uma comissão, foi: "Pois eu não queria acreditar que seria possível, estarmos com guia-de-marcha para um Teatro de Guerra e, ninguém aparecer para nos 'brifar' (...): o que iríamos encontrar, cuidados a ter em termos de Segurança e Saúde, como e qual seria o nosso vencimento... O que aconteceu foi isso mesmo."

E, noutro passo: "Até aterrar (...) e ser apresentado à equipa que eu iria integrar (...), julguei que não ia fazer nada de importante. Era de achar isso, uma vez que, em Portugal, ninguém das Chefias 'apareceu' para dizer o que quer que seja. (...) Afinal as Chefias não quiseram mesmo saber de nós para nada. Foi uma espécie de 'olha-desenrasquem-se-o-melhor-que-puderem' porque 'nos-por-cá-estamo-nos-nas-tintas'". Tristemente brilhante esta realidade.

Triste esta realidade em que se continua a enviar militares para teatros de guerra em todo o mundo, nestas con-



dições. Em que, passados tantos anos desde o episódio do urânio enriquecido no Kosovo – como será no Afeganistão, onde foram despejadas toneladas de Bombas de todos os tipos? – de apoio aos nomeados e às suas famílias ainda só existe o Guia de Apoio aos militares, editado pela ANS, e a Linha Verde que nós propusemos e foi implementada há cerca de dois anos e de cujo balanço da actividade ainda não foi dada notícia.

Ainda só existe o Guia de Apoio aos militares, editado pela ANS, e a Linha Verde que nós propusemos

Mais uma vez estão em alerta dois navios de Guerra para deslocação possível para as águas da Guiné Bissau, em missão que mais uma vez não se sabe como está caracterizada, podendo novamente dar origem a pre-

juízo para os camaradas que foram chamados durante um fim-de-semana, do convívio das suas famílias, tal como aconteceu na última vez em que uma acção deste tipo foi levada a cabo naquele País de Língua Oficial Portuguesa.

Para quem tudo é exigido, em condições de disponibilidade, ritmo de trabalho e risco seria de esperar pelo menos algum acompanhamento aos próprios e às suas famílias

Para quem tudo é exigido, em condições de disponibilidade, ritmo de trabalho e risco seria de esperar pelo menos algum acompanhamento aos próprios e às suas famílias. Quem envia um português em missão, representando o País, arriscando a vida, o

mínimo que deve fazer é acompanhá-lo social e psicologicamente e às suas famílias. Bem como organizar o apoio escolar aos seus filhos.

Foi com esta preocupação que, em Outubro de 1998, a ANS enviou, para o então MDN, uma proposta para a criação de uma "Linha Verde de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar" como forma de prevenir e resolver possíveis consequências traumáticas pelo envolvimento do militar em tais missões, nomeadamente, no desenvolvimento intelectual, equilíbrio psicológico e no aproveitamento escolar dos filhos e no envolvimento social e apoio psicológico a toda a família.

É isto que já defendemos desde 1998 e propomos repetidamente encontrando fraco eco.

Mas medidas neste sentido são sempre bem vindas e contarão com o nosso apoio activo e aplauso mesmo quando atrasadas. ▲

BIÊNIO 2005/2006

ELEIÇÕES ANTECIPADAS PARA OS ORGÃOS SOCIAIS

A crise directiva foi debelada

As divergências internas, entre um reduzíssimo número de elementos dos órgãos sociais e a esmagadora maioria dos seus membros, que vinham desde há algum tempo tolhendo a capacidade de intervenção da ANS, teve o seu epílogo na reunião extraordinária do passado dia 15 de Fevereiro, na qual, após mais de cinco horas de debate, não só não resolveu os problemas existentes, como os tornou mais evidentes e insanáveis, culminando com o anúncio de demissão do presidente da Direcção, face a não estarem reunidas as condições mínimas para o seu desempenho, demissão formalizada por escrito a 18 de Fevereiro.

Conhecida a demissão do presidente da Direcção, nos dias subsequentes demitiram-se, em solidariedade, 23 elementos dos órgãos sociais da ANS, levando o vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, na ausência do respectivo presidente em missão no estrangeiro, a convocar uma reunião extraordinária para o dia 2 de Março, na tentativa de se encontrar uma solução que evitasse a queda dos órgãos sociais, o que, uma vez mais, não foi possível. Deste modo, não restou outro caminho senão o da convocação de eleições antecipadas, o que veio a ocorrer no passado dia 20 de Abril.

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais

Teve lugar no passado dia 3 de Maio de 2005, na sede social da Associação Nacional de Sargentos, sita na Rua Barão de Sabrosa, em Lisboa, uma simples, mas significativa, cerimónia para a tomada de posse dos Órgãos Sociais eleitos em 20 de Abril (facto noticiado noutras secções deste número), que irão conduzir os destinos desta associação até ao início do ano 2007.

Este acto foi conduzido pelo vice-presidente da Assembleia Geral cessante, o nosso camarada Augusto Tomás, com a mesma serenidade, elevação e correcção com que conduziu todo o processo, desde a demissão de quase todo o anterior executivo, até à realização das eleições que vieram a verificar-se ter sido das mais participadas na história da associação. Fez uma breve alocução referindo as dificuldades encontradas no decorrer do processo, mas enalteceu a postura dos sargentos pela forma como responderam às dificuldades.

Depois de ter conferido posse a todos os elementos eleitos, foi ele mesmo empossado no cargo para o qual foi reconduzido, pelo actual presidente da Assembleia Geral, o nosso camarada Dinis Fonseca, que também empossou os primeiros Órgãos Sociais em 1990.

Após esta reunião todos os associados foram informados, por escrito, das decisões tomadas pela Mesa da Assembleia, bem como, do calendário que levava ao acto eleitoral.

Era expectável e interessante que as opiniões diferentes existentes no seio dos anteriores órgãos sociais da ANS formassem listas e as apresentassem a sufrágio, permitindo, desse modo, aos associados escolherem o caminho e o rumo que desejavam para a sua associação. Assim não o entenderam, ou não conseguiram, os camaradas (minoritários) que estiveram na origem da demissão do presidente da Direcção, antes pelo contrário, tudo fizeram para tentar impossibilitar a formação da única lista que se apresentou a sufrágio, procurando fazer crer tratar-se de uma "guerra" da ARM e da FAP contra o EXE.

Evidentemente, não se tratava nada disso, aliás como todo o processo o demonstra. Senão vejamos:

- Dos 23 elementos dos órgãos sociais, 11 são do Exército, e dos 38, contando com os suplentes, 16 são camaradas do Exército na situação do activo.

- A lista concorrente foi proposta por 452 associados, 94 dos quais pertencentes ao Exército.

- A acto eleitoral foi o segundo

mais participado de sempre, tendo votado 309 associados e apurado os seguintes resultados:

- votos a favor — 305,
- votos brancos — 1,
- votos nulos — 3.

- Dos votantes, 115 são do Exército, 99 da Armada e 95 da Força Aérea. De realçar que, relativamente ao anterior processo eleitoral os votantes do Exército triplicaram.

- Mais um facto a salientar: Durante Março e Abril (meses no auge da crise directiva), e como consequência da dinâmica do próprio processo eleitoral, fizeram-se sócios 47 camaradas e 13 regularizaram a sua situação de desconto bancário. Dos novos sócios, 19 são do Exército, 15 da Armada e 13 da Força Aérea.

Resolvida, no escrupuloso respeito pela lei geral, pelos estatutos e pelo regulamento interno geral da ANS, a crise interna por que passámos, por vezes os caminhos que levam à clarificação têm a sua dor, e este não fugiu à regra.

Há que meter mãos à obra, imprimir a dinâmica e o trabalho que os Sargentos de Portugal esperam da sua ANS, na defesa dos seus interesses sócio-profissionais, como, aliás, se começou a fazer logo após a tomada de posse no passado dia 3 de Maio. ▲



Da intervenção deste camarada realça a leitura de que este processo, ainda que doloroso, veio reforçar a vontade associativa pois congregou mais elementos em redor deste ideal do que aqueles que afastou, reiterou a sua disponibilidade para defender a causa dos sargentos durante o cumprimento deste mandato e sempre que para tanto venha a ser solicitado e terminou apelando à unidade e disponibilidade para o trabalho árduo que se avizinha. Realçou ainda o facto da prova de vitalidade da nossa Associação ao saber ultrapassar desta forma um problema grave de constrangimento directivo e associativo, ilustrando com a sua experiência noutros espaços associativos.

Seguiu-se uma breve intervenção do presidente da Direcção reeleito, o nosso camarada Lima Coelho, que agradeceu e enalteceu a coragem de todos os que aceitaram integrar este projecto, sobretudo os camaradas do Exército por terem sabido resistir aos ataques e às pressões daqueles

que, não se apresentando claramente a sufrágio como seria expectável, tudo fizeram para inviabilizar o trabalho dedicado dos que dirigem os destinos da associação. Enalteceu a forma superior como foram dirigidos os trabalhos durante o processo eleitoral pelo Augusto Tomás, a quem, a par do seu irmão e nosso colaborador Hilário Tomás, prestou homenagem, pois num momento de particular dificuldade, derivado do falecimento do pai de ambos, conseguiu realizar todas as tarefas que o momento exigia.

Terminou agradecendo a todos a confiança depositada e lançou um forte apelo à união, trabalho e dedicação à causa associativa.

A cerimónia ficou concluída com um simbólico Porto de Honra com que todos os presentes brindaram a equipa agora empossada.

O jornal "O Sargento" deseja a todos os elementos dos novos Órgãos Sociais as maiores felicidades no cumprimento desta tão nobre missão. ▲



Os novos corpos sociais da Associação Nacional de Sargentos são os seguintes:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - SAJ Dinis Manuel Vitória da Fonseca, ARM, ETNA, VFX

Vice-Presidente - 1SAR Augusto Manuel Gil Tomás, FAP, BA 6

Secretário - 1SAR Luís Filipe Nóbrega F. Moita, EXE, EMELm

Vogal - SMOR Crispim Mendes de Freitas Júnior, EXE, PCM/GNS

Vogal - 1SAR Mário Norberto dos Santos Rocha, EXE, QG/ZMA

CONSELHO FISCAL

Presidente - SAJ José Paulo Gonçalves Leitão, EXE, EPT

Secretário - SCH José Domingos Gomes Coutinho, ARM, ETNA, VFX

Relator - 1SAR Ricardo Jorge A. Braz Castanheira, FAP, BA 5

Vogal - 1SAR João Paulo Ferreira dos Santos, EXE, RG 3

Vogal - 2SAR Miguel da Costa Lúcio, EXE, RE 1

DIRECÇÃO

Presidente - SAJ António Manuel Gavino Lima Coelho, FAP, COFA

Vice-Presidente - SCH Domingos Manuel M. David' Pereira, ARM, UAPMAA

Vice-Presidente - SMOR Jorge Manuel F. Veiga dos Reis, EXE, MDN

Vice-Presidente - 1SAR José António Gouveia Pereira, FAP, BA 1

Tesoureiro - 1SAR José Fernandes Gonçalves, FAP, DGMFA

Secretário - 1SAR Luís Manuel Marques Bugalhão, ARM, DITIC - CE

Secretário - 1SAR Carlos Jorge Branco dos Santos, FAP, AT 1

Secretário - 1SAR Paulo Jorge Correia Gonçalves, EXE, RAA1

Vogal - SAJ Ernesto João Martinho, EXE, JHQ - Nato

Vogal - 1SAR António Manuel de Campos Dias, ARM, Esc. Fuz.

Vogal - 1SAR Samuel Luís Duarte dos Reis, EXE, EMELm

Vogal - SAJ José de Sousa e Castro, ARM, DN

Vogal - 1SAR Raquel André Nabais, EXE, HMP

SUPLENTE

SCH Domingos Paixão da Eugénia, EXE, RG 2

SAJ Isidoro Soares Teodoro, ARM, GOAME-DAR

1SAR Paulo Jorge de Jesus M. Leonardo, FAP, BA 6

SAJ Carlos Jorge Caetano Novais, EXE, COFT

SAJ José António Lopes Maia, ARM, ETNA - VFX

1SAR António Orlando Lima Ribeiro, FAP, BALUM

1SAR Carlos Filipe Guerra, EXE, DSE

1SAR Paulo Jorge Lopes d'Assunção, ARM, Esc. Fuz.

SAJ António Armando de Matos Nabais, FAP, AM 1

1SAR Victor Manuel da Silva Mesquita, EXE, RAA1

1SAR João Manuel Silva Tomás, ARM, NRP P. d'Eça

1SAR José Carlos Pereira de Sousa Matos, FAP, CFMTFA

1SAR José Carlos Amador Codesso, EXE, EPE

1SAR Adérito Miguel dos Santos Boura, ARM, Esc. Fuz.

1SAR João Nunes Gomes, FAP, CFMTFA ▲

Varanda para a vida

O ti'Policarpo vai ao médico

Artigo 64.º (CRP)
(Saúde)

1. Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à protecção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;

b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a protecção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

3. Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde;

c) Orientar a sua acção para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos;

d) Disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as como o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade;

e) Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento

e diagnóstico;

f) Estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicodependência.

4. O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada.

— Cróróóóóóóó....

— É galinha daquele real cabrão!

O ti'Policarpo tinha feito, com a navalha, um buraco na bota para o calo inflamado ficar livre da pressão do cabedal. Desde que inflamara não podia aguentar as botas calçadas. O barbeiro, que nas horas vagas também era calista e dentista, já tinha desistido. As méshinas da ti'Estrudes foram usadas de balde. Não lhe restava outra alternativa: fazer um buraco na bota e deixá-lo andar solto — dá-lo ao desprezo. Feito o trabalho, recostou-se à parede do alpendre, puxou da onça de tabaco e do livro de mortilhas e começou a fazer um cigarro. A galinha pedrês de pescoço careco, poedeira que era o enlevo da ti'Estrudes, andava por ali a debicar: pedra aqui, pedaço de pão ali, bago acolá. Com a cabeça de lado lá ia procurando onde debicar. Olhou para o calo e achou-o apetitoso. E zás! Mandou-lhe tamanha bicada que o ti'Policarpo perdeu de vista os apetrechos de fumar e, ainda a galinha não tinha concluído a segunda flexão de pescoço, para nova bicada, já o pé inchado voava direito a ela, afincando-lhe um valente pontapé.

Ao ouvir o escarcéu a ti'Estrudes corre ao alpendre para se inteirar do que se estava a passar, e dá com a galinha espavorida a fugir — dando às asas recordando o voar que a sua espécie já perdeu à muito — num alarido de susto; no outro lado está o ti'Policarpo com os olhos rasos de água, agarrado ao pé inchado, mas com o calo meio arrancado preso por uma pele.

— Galinha daquele real cabrão! — lamuria ele ainda.

— Olha!, a galinha quase conseguiu fazer aquilo que a gente não conseguiu: o calo está quase arrancado e não fez sangue.

— Grande coirão!

— Devias ir ao médico.

— P'ra quê? P'ra estar horas sem fim à espera de ser atendido e depois... nada? Na t'alembas da outra vez que lá fui? Uma manhã à espera de consulta, depois a médica recebeu-me de má vontade, a ralhar e a dizer que se quisesse ser tratado como deve ser deveria ir ao seu consultório... passou-me cá uma onda p'la cabeça que, não fosses tu e ela ser médica, tinha levado uma bordoadada na pinha. Médico p'ra quê?

— Mas tu tens açucres no sangue home...! Eu vou-te marcar uma consulta.

— Hum, Hum.... — resmunga ainda ele, olhando de lado para o calo desarraigado.

Ainda o Sol não tinha dado cor de si já o Cara-de-aço trotava direito ao serviço da Caixa, puxando a carroça, guiado pela mão do ti'Policarpo e estimulado pelo assobiar do chicote quando a escuridão o fazia afrouxar o passo. Chegados ao local, ficou com uma golpelha de fava ratinha à sua frente que rilhava com satisfação.

Já passava das oito quando chegou a primeira funcionária. Com modos de quem chefiava a coisa e a quem todos deviam obediência e favores. Veio afastando as pessoas que se aninharam debaixo da placa colocada na entrada da Caixa por aí ser menos frio. Quando passou pelo ti'Policarpo ainda encenou um gesto brusco para o afastar, mas rapidamente mudou de intenções ao ver-lhe o senho carregado. Acabou por abrir

a porta, as pessoas entraram e começaram a enfileirar-se em frente ao balcão. Ao fim de algum tempo, que a quem esperava pareceu uma eternidade, chegou outra funcionária e a abertura de atendimento acabou por ser aberta.

— Quem está à frente? — perguntou a funcionária ignorando o ti'Policarpo que estava em primeiro lugar.

— Tá cega ó quê? Atão na querem cá ver o estupor da mulher..

— Ó S' é você escusa de ser malcriado! — diz ela como se o caldo não se estivesse já a entornar.

— O mê marido quer uma consulta p'ra médica da gente — diz a ti'Estrudes a tentar que a coisa não fosse a mais.

— E quem é o médico?

— É uma médica... na sê o nome, mas deve estar aí nos papéis.

— Nunca sabem nada! Uma pessoa é que tem de adivinhar... — prossegue a funcionária enquanto procurava umas fichas — nome, qual é o nome do seu marido?

— Policarpo.

— E é só esse nome?

— É, é — responde o ti'Policarpo já farto — no mê tempo um nome bastava. Os outros logo lhe botavam alcunha se p'á aí lhes desse.

— A médica de vocês não está cá. Me-teu férias para ir a um congresso, mas já está a dar consultas no consultório dela.

— É na te dizia? Vamos p'ra casa ca galinha trata do resto! — diz o ti'Policarpo enquanto saía porta fora desiludido e com ar de quem não volta lá.

— Reza-me o cobrante, dá-me papas de linhaça, corta-me o bicho, dá-me chás, vamos ao barbeiro, mas aqui já na m'apanhas tão cedo! ●

David' Pereira

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta — Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Habitação, Crédito Pessoal, entre outros.

Obtenha informações junto de qualquer balcão do Grupo Totta. ●

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Velo-da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ **Sede e vendas:** Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ **Exposição e vendas:** Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A

Tel: 249 725 649.

Entroncamento ●

■ **Sulpneus**, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilibragem de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios
Tels.: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

Combustíveis CEPESA

Protocolo com a CEPESA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 0,03 € por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do paga-

mento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPESA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPESA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Construção Civil

Protocolo entre a ANS e a empresa J. Gomes & Gomes, Lda, para: obras de construção e reparação, com descontos até 20%.

Contactos: 243 992 681 / 262 949 467 / 91 979 76 28 ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodontia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas
Tel: 214 160 672 / 919 469 529

Informa-te junto da ANS

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento

Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Frágoso, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde

onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. ▲

NAZI-FASCISMO DERROTADO HÁ 60 ANOS

Fez, no passado dia 8 de Maio, 60 anos sobre o fim da 2.ª Guerra Mundial e, consequentemente, da derrota do Nazi-Fascismo.

Nesse dia, quando o Exército Soviético entrou vitorioso em Berlim, os povos do Mundo respiraram de alívio e fizeram eco da sua imensa felicidade, por ter sido posto fim a um período negro da história da Humanidade.

A barbárie nazi-fascista não tem paralelo na já longa História da Humanidade. Entre todas as atrocidades cometidas: invasão de quase todos os países da Europa; cerceamento das liberdades individuais e colectivas; perseguição, prisão, tortura e morte dos Judeus, dos quais 9 milhões foram mortos nos campos de concentração, e dos opositores a Hitler, etc., etc.

A 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia depois da anexação da Austria, a 11 de Março de 1938, e da Checoslováquia a seguir. Em Junho de 1940 o exército alemão já se encontrava em Paris. Em Junho de 1941 a Alemanha invade a URSS.

A tenaz resistência do Exército Vermelho e do povo soviético começa a dar os seus frutos em 1943, infligindo pesadas derrotas ao exército alemão nas batalhas de Moscovo, Leninigrado e Stalinigrado. A resistência soviética ao avanço das tropas nazis teve um custo brutal, contabilizando-se cerca de 20 milhões de mortos. Mas essa mesma resistência revelou-se fundamental para a derrota do nazi-fascismo, não só pelas derrotas militares infringidas ao invasor, mas também, pelo alento que deu às várias resistências nos restantes países da Europa e aos exércitos aliados que combatiam Hitler nos diferentes cenários da guerra.

A posição do governo de Salazar na guerra

Em 1939 Salazar proclamava a neutralidade na guerra, reafirmando a aliança com a Inglaterra.

Mas Portugal de Salazar e a Espanha de Franco constituíam um corredor estratégico para Hitler no furar do bloqueio imposto à Alemanha. Era com origem nestes países a através deles que a Alemanha era fornecida de bens alimentares, minérios (volfrâmio, estanho, cobre, etc.) para a indústria da guerra e de material de guerra ligeiro.

Com esta falsa neutralidade, o governo de Salazar condenou milhares e milhares de portugueses à fome, ao enviar para a Alemanha os parques

bens alimentares existentes no país (conservas, cereais, óleos, peixe e carne frescas, etc.).

Jamais poderá ser esquecido

Este período negro da História da Humanidade (1939-1945) jamais poderá ser esquecido, pois só assim se evitarão no futuro novas tentativas megalómanas e paranóicas de domínio do planeta.

"Hoje, no dia 8 do mês de Maio de 1945, acabou na Europa a Segunda Guerra Mundial. Até que enfim - zumbiu a meu lado a voz melíflua de um cavalheiro. Até que enfim, concordei eu, confuso de alegria, saltando do eléctrico para me embeber na multidão ruidosa com bandeiras nas mãos, nas tranças das garotas, nos gritos dos cortejos - Vitória! Vitória!"

José Gomes Ferreira
in *O Mundo dos Outros*

Auschwitz

Auschwitz é o nome germânico da cidade de Oswiecim. Foi usada pelos nazis a partir de Maio de 1940, como centro de um complexo de campos de concentração, de trabalho e de morte.

Em Auschwitz, estima-se que as câmaras de gás absorviam mais de 9.000 vidas por dia. No total, só no complexo de Auschwitz-Birkenau, teriam perecido vários milhões de inocentes, homens, mulheres e crianças.

No dia 27 de Janeiro de 1945, um homem surgiu sobre a neve nas lonjuras de Auschwitz. Montava um cavalo branco.

Estranha figura, só, enquadrava-se



in PÚBLICO, de 8 de Maio de 2005

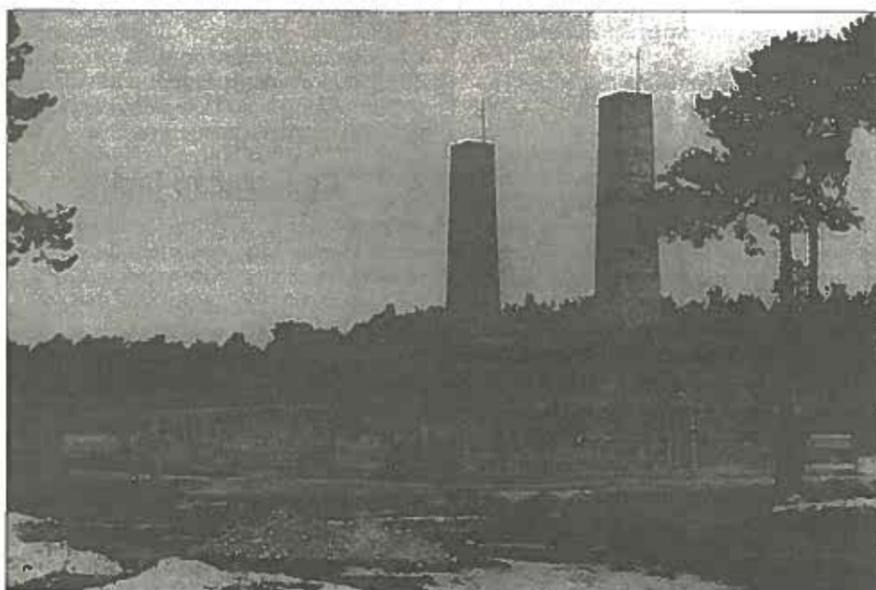
no desolador conjunto onde os derreados sobreviventes do campo de morte esperavam.

A figura isolada do sargento Anatoli Chapiro, não vinha, de facto, só. Cem

metros atrás, apareceram dois regimentos, unidades incorporadas nas frentes comandadas pelo general Koniev e general Petrov.

Ao mandar derrubar o fatídico portão de Auschwitz, o sargento Anatoli encontrou 7.000 sobreviventes, perplexos, em corpos esqueléticos, as cinzas de milhões de assassinados, os crematórios, as câmaras de morte, a "obra" nazi de desumanização e extermínio, o Programa de Solução Final Nazi.

O sargento Anatoli, que ainda está vivo e tem 80 anos, ao encontrar e libertar Auschwitz, personificava a era da esperança da Humanidade. ▲



Um dos crematórios do campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau, no qual um milhão de pessoas foram gaseadas.